

EDITAL Nº 008/CCLI/SEDE/2022
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 8/2022

OBJETO: Seleção de proposta mais vantajosa para contratação de Empresa Seguradora para emissão de Apólice de Seguro de Responsabilidade Civil de Executivos – D&O (*Directors & Officers*) para os membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva da NAV Brasil Serviços de Navegação Aérea S.A.

INFORMAÇÕES IMPORTANTES

- RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS ATÉ: 19/08/2022 às 08:59 h.
- ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 19/08/2022 às 09:00 h.
- PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO: Eventuais pedidos de esclarecimentos poderão ser encaminhados para o seguinte e-mail até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura das propostas, com indicação do número da licitação:
 - e-mail: licitacoes@navbrasil.gov.br
- REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).
- VALOR DO EDITAL PARA RETIRADA NA NAV BRASIL: R\$ 50,00 (cinquenta reais).
- VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: SIGILOSO (art. 34 da lei nº 13.303/2016).
- A NAV Brasil utilizará o portal de Compras do Governo Federal - www.gov.br/compras - (COMPRASNET) para realização desta licitação.

ENDEREÇO PARA ENTREGA DE DOCUMENTOS (PROTOCOLO)

NAV Brasil Serviços de Navegação Aérea S.A.

Gerência de Compras e Contratos

Avenida General Justo, nº 160 - Centro, Rio de Janeiro/RJ - CEP 20.021-130, Fone: (21) 2174 -7296

HOME PAGE: <http://www.navbrasil.gov.br/licitacoes>

Diretoria de Administração
Gerência de Compras e Contratos
Coordenadoria de Licitações

EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 8/2022

Sumário

PREÂMBULO

SEÇÃO I - DAS DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS DA LICITAÇÃO

1. DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO, DA FORMA DE EXECUÇÃO DA LICITAÇÃO, DO TIPO DE LICITAÇÃO, DO REGIME DE CONTRATAÇÃO, DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO, DO MODO DE DISPUTA E DA FORMA DE ENTREGA
2. DO OBJETO
3. DA DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL
4. DOS RECURSOS ORÇAMENTARIOS
5. DO CREDENCIAMENTO
6. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO
7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
8. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

SEÇÃO II – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS DA LICITAÇÃO

9. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES
10. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA
11. DA HABILITAÇÃO
12. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA
13. DOS RECURSOS
14. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA
15. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
16. DA GARANTIA DA EXECUÇÃO
17. DO TERMO DE CONTRATO
18. DO REAJUSTE

19. DA ACEITAÇÃO E EXECUÇÃO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO
20. DAS OBRIGAÇÕES DA COTRATANTE E DA CONTRATADA
21. DA SUBCONTRATAÇÃO
22. DO PAGAMENTO
23. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
24. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS
25. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL
26. DO PRAZO E DO LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO
27. DO COMPROMISSO COM A LGPD (LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS)
28. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 8/2022

Torna-se público que a NAV Brasil Serviços de Navegação Aérea S.A, empresa pública sob a forma de sociedade anônima, com personalidade jurídica de direito privado e patrimônio próprio, por meio da Coordenadoria de Licitações, sediada na Av. General Justo, nº 160 – Centro, Rio de Janeiro/RJ, representada pelo seu PREGOEIRO, designado pelo Ato Administrativo nº SEDE-AAA-2022/00247, de 02 de maio de 2022, tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº SEDE-ADM-2022/00885, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação – INTERNET, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento menor preço, sob a forma de execução indireta, no regime de empreitada por preço global, nos termos da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016; Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei nº 12.846 de 1º de agosto de 2013; da Lei Complementar nº 126, de 15 de janeiro de 2007; do Decreto nº 8.945 de 27 de dezembro de 2016; do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do, do, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, da Circular SUSEP nº 637, de 27 de julho de 2021; das Instruções Normativas SEGES/MP nº 05, de 26 de maio de 2017, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, e do Decreto 9.507, de 21 de setembro de 2018, sob as condições estabelecidas no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da NAV Brasil, disponível no sítio eletrônico www.navbrasil.gov.br/transparencia e exigidas neste instrumento convocatório e seus anexos.

O encaminhamento da proposta de preços terá início com a divulgação do Aviso de Licitação no sítio www.gov.br/compras, até às 08:59 h do dia 19/08/2022, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo os documentos necessários à habilitação encaminhados para análise do Pregoeiro, no prazo estabelecido neste Edital, após solicitação pelo sistema eletrônico.

Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso de Licitação e durante a sessão pública, observarão o horário de Brasília/DF.

O presente Edital foi aprovado, nos termos do art. 4º, inciso II, c/c art.27, § 6º, ambos do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da NAV Brasil, pelo seu Órgão Jurídico por meio do Parecer nº SEDE-PAR-2022/00068, inserto no Processo Administrativo nº SEDE-ADM-2021/00885.

Data da sessão: 19/08/2022

Horário: 09:00 h

Local: Portal de Compras do Governo Federal – www.gov.br/compras

Código UASG: 928680

SEÇÃO I - DAS DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS DA LICITAÇÃO

1. DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO, DA FORMA DE EXECUÇÃO DA LICITAÇÃO, DO TIPO DE LICITAÇÃO, DO REGIME DE CONTRATAÇÃO, DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO, DO MODO DE DISPUTA E DA FORMA DE ENTREGA

- 1.1. Modalidade de licitação: **PREGÃO ELETRÔNICO**;
- 1.2. Forma de Execução da Licitação: A licitação será realizada na forma **ELETRÔNICA**, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança criptografia e autenticação;
- 1.3. Tipo de Licitação: **MENOR PREÇO**;
- 1.4. Critério de Julgamento: **MENOR PREÇO GLOBAL**;
- 1.5. Modo de disputa: **ABERTO E FECHADO**;
- 1.6. Forma de Entrega: **TOTAL**

2. DO OBJETO

- 2.1. O objeto da presente licitação é a seleção da proposta mais vantajosa para a Contratação de empresa seguradora, para emissão de apólice de seguro de Responsabilidade Civil para Executivos – D&O (Directors & Officers) para os membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva da NAV Brasil Serviços de Navegação Aérea S.A., conforme as condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e em seus anexos.
- 2.2. A licitação será realizada em um único item conforme subitem 1.1. do Termo de Referência.
- 2.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço global, observadas as exigências contidas neste Edital e seus anexos quanto às especificações do objeto.
- 2.4. As propostas deverão ser formuladas e apresentadas pelo **prazo de 12 (doze) meses**.

3. DA DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL

- 3.1. O Edital e seus Anexos poderão ser retirados:
 - 3.1.1. Sem ônus, nos sites de licitações da NAV Brasil, no endereço: www.navbrasil.gov.br/licitacoes; ou

3.1.2. No Protocolo da NAV Brasil, localizada na Avenida General Justo, nº 160 - Centro, Rio de Janeiro/RJ, de 2ª a 6ª feira (dias úteis), das 8:30h às 12:00h e das 13:00h às 16:30h, mediante o preenchimento e assinatura do Protocolo de Entrega, conforme Anexo III;

- a) A empresa interessada deverá credenciar representante para retirar o Edital;
- b) Após a entrega do Edital, a área Financeira da NAV Brasil emitirá boleto bancário, no valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais), que será encaminhado ao endereço eletrônico informado pela empresa no Protocolo de Entrega;e
- c) A ausência do pagamento do boleto no prazo estabelecido implicará na inscrição do devedor no SERASA e CADIN.

NOTA: Eventuais solicitações de cópias de documentos relativos a este processo licitatório observarão os procedimentos constantes do subitem 3.1.2.

4. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

4.1. As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão por conta de recursos próprios, consignados no Orçamento da NAV Brasil, conforme declaração de disponibilidade orçamentária presente no correspondente Processo Administrativo.

5. DO CREDENCIAMENTO

- 5.1. O credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.
- 5.2. O credenciamento do licitante dar-se-á pela atribuição da chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico, site www.gov.br/compras.
- 5.3. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou a NAV Brasil Serviços de Navegação Aérea S.A, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 5.4. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.gov.br/compras, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.
- 5.5. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para

realização das transações inerentes a este Pregão.

- 5.6. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 5.7. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 5.8 A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

6. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

- 6.1. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.
- 6.2 Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores SICAF, conforme disposto no art. 9º da Instrução Normativa SEGES/MP nº 3/2018.
- 6.3 A licitante deverá manifestar em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório;
- 6.4 Será admitida a participação de seguradoras em regime de cosseguro, devendo a proposta única, neste caso, ser apresentada pela seguradora líder, nos termos deste edital, identificando a seguradora líder e a(s) cosseguradora(s) com os respectivos percentuais de sua responsabilidade:
 - 6.4.1. A constituição do cosseguro deverá ser efetivada por compromisso público ou particular, subscrito em conjunto pela seguradora líder e pela cosseguradora, com a declaração expressa de que tal compromisso valerá para todos os termos e fases deste Edital e, no caso da proposta vencedora, para a apólice emitida pela seguradora líder;
 - 6.4.2. A seguradora participante da licitação, na qualidade de cosseguradora, está obrigada a exemplo da seguradora líder, a apresentar individualmente, por intermédio da seguradora líder, todos os documentos de habilitação requeridos, bem como aceitar

todas as condições estabelecidas no presente Edital;

- 6.4.3. Qualquer seguradora somente poderá participar da licitação em uma única proposta, seja de forma individual, seja sob o regime de cosseguro;
- 6.4.4. A participação de seguradoras pertencentes a um mesmo grupo segurador dar-se-á em regime de cosseguro, devendo ser definidas a líder e a cosseguradora, nos termos do subitem 6.4.1. e atendidas todas as demais disposições deste item 6;
- 6.4.5. Em havendo cosseguro, na apólice a ser emitida deverá constar a identificação da seguradora líder e da cosseguradora com os respectivos percentuais de sua responsabilidade;
- 6.4.6. A seguradora líder será responsável pelo recebimento de prêmios e repasse à cosseguradora das parcelas que lhes couber, bem como pela administração da apólice junto ao segurado.
- 6.5 Não poderão participar desta licitação:
- 6.5.1 Empresa cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja diretor ou empregado da NAV Brasil;
- 6.5.2 Empresa suspensa temporariamente de licitar e impedida de contratar com a NAV Brasil;
- 6.5.3 Empresa declarada inidônea pela União, por Estado, pelo Distrito Federal ou pela unidade federativa a que está vinculada a NAV Brasil, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;
- 6.5.4. Empresa constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;
- 6.5.5 Empresa cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;
- 6.5.6. Empresa constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
- 6.5.7 Empresa cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
- 6.5.8. Empresa que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea;
- 6.5.9. Cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de

gestão ou rompido seu vínculo com a NAV Brasil há menos de 06 (seis) meses;

6.5.10. Que estejam sob falência, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

6.5.11. Próprio empregado ou dirigente, como pessoa física, bem como à participação dele em procedimentos licitatórios, na condição de licitante;

6.5.12. A quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com dirigente da NAV Brasil, ou com empregado cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação ou contratação, ou com autoridade do ente público a que esta empresa pública esteja vinculada;

6.5.13. Empresa cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Edital; e

6.5.14. Consórcio, sob nenhuma forma, uma vez que será admitida a participação em regime de cosseguro.

6.7. Além das vedações citadas no item 6.5 deste Edital, não poderão participar do presente certame, as Microempresas (ME); as Empresas de Pequeno Porte (EPP); os Empresários Individuais; e os Microempreendedores (MEI), em razão da exigência legal para constituição e atuação das empresas seguradoras, haja vista que para operarem no mercado de seguros e estarem enquadradas na prestação do serviço referente ao objeto desta licitação, tais empresas, estão limitadas à natureza jurídica de Sociedade Anônimas, conforme parágrafo único, do art. 757 do Código Civil c/c o art. 24 do Decreto Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966 e art. 3º, §4º, inc. VIII, da Lei Complementar nº 123/2006.

7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos neste Edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

7.2. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

7.3. O licitante acompanhará as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando o responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.4. O licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às

seguintes declarações:

- 7.4.1. Que está ciente e concorda com as condições contidas neste Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos neste instrumento convocatório;
- 7.4.2. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 7.4.3. Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 3/ 2018;
- 7.4.4. Que não possui na cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, em observância aos art. 1º, inciso III e art. 5º, inciso III, da Constituição Federal;
- 7.5. A apresentação da proposta implicará plena aceitação, por parte do proponente, das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos;
- 7.6. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da abertura da sessão;
- 7.7. Após a divulgação deste Edital no endereço eletrônico e até a data e horário marcados para a abertura da sessão, os licitantes deverão encaminhar proposta de preços, com a indicação dos seguintes requisitos, exclusivamente por meio eletrônico:
 - 7.7.1. Valor global e total do item; e
 - 7.7.2. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência
- 7.8. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências contidas neste Edital.
- 7.9. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.
- 7.10. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.
- 7.11. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 7.12. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.
- 7.13. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas

apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

7.14. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

8. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

8.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

8.1.1. Valor Global e total do item; e

8.1.2. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência, incluindo-se, dentre outras, as seguintes informações:

8.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

8.3. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

8.4. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

8.5. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos

8.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas; e

8.7. Havendo qualquer discrepância entre o(s) item(ns) cadastrado(s) no sistema de compras governamentais e o Edital, deverá sempre prevalecer o Edital e os seus Anexos.

SEÇÃO II - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS DA LICITAÇÃO

9. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

9.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

- 9.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência.
- 9.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
- 9.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 9.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 9.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 9.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 9.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 9.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor global do item único.
- 9.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.
- 9.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 9.8. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 9.9. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos, sendo que, após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 9.10. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 9.10.1. Não havendo pelo menos 3 (três) ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o

máximo de 3 (três), oferecer um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

9.11. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

9.11.1. Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de 3 (três), na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

9.12. Poderá o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.

9.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

9.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

9.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

9.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

9.17. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro e o sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

9.18. Concluída a fase de lances e classificadas as propostas, será efetivada a verificação automática junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial.

9.19. O critério de julgamento adotado será o menor preço global, conforme definido neste Edital e seus anexos.

9.20. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

9.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

9.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto nos arts. 36 e 37, do Decreto nº 10.024/2019.

- 9.22. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.
- 9.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
- 9.23.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 9.23.2. O Pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 9.23.3. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no “chat” pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 9.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.
- 9.25. Caso não se realizem lances, será promovida a verificação da efetividade da melhor proposta em conformidade com o disposto no art. 56, inciso IV, da Lei nº 13.303/2016.
- 9.26. Encerrada a fase de lances, o Pregoeiro examinará o lance classificado em primeiro lugar quanto à sua efetividade, em conformidade com o disposto no art. 56, inciso IV, da Lei nº 13.303/2016.

10. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

- 10.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único, art. 7º e no art. 26, §9º, do Decreto nº 10.024/2019.
- 10.2. A Planilha Estimativa de Custos e Formação de Preços deverá ser encaminhada pelo licitante exclusivamente via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, contados da solicitação do Pregoeiro, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor, e será analisada pelo Pregoeiro no momento da aceitação do lance vencedor.
- 10.3. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que:
- 10.3.1. Não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital;

- 10.3.2. Contenha vício insanável ou ilegalidade;
 - 10.3.3. Não apresente as especificações técnicas exigidas pelo Termo de Referência; e
 - 10.3.4. Apresentar preço final superior ao preço máximo fixado, percentual de desconto inferior ao mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.
- 10.4. Quando o licitante não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:
- a) for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
 - b) apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.
- 10.5. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, em conformidade com o que dispõe a Lei nº 13.303/2016.
- 10.6. Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, e a inexequibilidade da proposta não for flagrante e evidente pela análise da planilha de custos, não sendo possível a sua imediata desclassificação, será obrigatória a realização de diligências para aferir a legalidade e exequibilidade da proposta.
- 10.7. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.
- 10.7.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.
- 10.8. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

- 10.8.1. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no “chat” pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 10.8.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se as planilhas de custo readequadas com o valor final ofertado.
- 10.9 Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida.
- 10.10 O Pregoeiro analisará a compatibilidade dos preços unitários apresentados na Planilha Estimativa de Custos com aqueles praticados no mercado em relação aos insumos.
- 10.11 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta e a planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço.
- 10.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limitará ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 10.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime; e
- 10.11.3. O Pregoeiro deverá verificar se a proposta apresenta o valor total dos custos da contratação, inclusive aqueles estimados para as ocorrências de fatos geradores.
- 10.12 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto e/ou exequibilidade da proposta, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 10.13 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 10.14 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no *chat* a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- 10.15 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

11 DA HABILITAÇÃO

11.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

11.1.1. SICAF (Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores), em relação à habilitação jurídica, à regularidades fiscal e à capacitação econômica e financeira;

11.1.2. Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF;

11.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

11.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

11.1.5 Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União – TCU;

11.1.6. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/sancoes/cnep), conforme §§ 1º e 2º da Lei nº 13.303/2016 c/c o art. 22 da Lei nº 12.846/2013.

11.2. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas dos itens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4 pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>).

11.2.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

a) caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas;

b) a tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros;

c) o licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

11.2.2. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

11.3. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e à qualificação técnica.

11.3.1 O interessado deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

11.3.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

11.3.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão (ões) válida(s), conforme art. 43, § 3º, do Decreto nº 10.024/2019.

11.4. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

11.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

11.6. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

11.7. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

11.7.1 Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

11.8. Juntamente com a documentação de habilitação, deve ser apresentado, se for o caso, o Termo de Constituição de Cosseguro, assinado pela Seguradora Líder e pelas demais Cosseguradora, informando os respectivos percentuais de participação e cláusula confirmando as exigências previstas no Edital da licitação.

11.9. Ressalvado o disposto no item 7.10, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

11.10. Habilitação jurídica:

- 11.10.1 A comprovação do cumprimento das exigências relativas à HABILITAÇÃO JURÍDICA, QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA, REGULARIDADE FISCAL e QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, pela licitante que tiver ofertado o menor lance, será feita mediante verificação dos níveis validados, por meio de consulta “on-line”, no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, caso cadastrada;
- 11.10.2. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- 11.10.3. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 11.10.4. Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;
- 11.10.5. No caso de e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764/1971;
- 11.10.6. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;
- 11.10.7. Prova de inscrição ou registro da licitante junto à Superintendência de Seguros Privados/SUSEP, no ramo de seguro objeto desta licitação;
- 11.10.8 Certidão de regularidade, emitida pela Superintendência de Seguros Privados/SUSEP, comprovando que a seguradora não se encontra sob direção fiscal, intervenção ou em processo de liquidação extrajudicial, fiscalização extraordinária e não está cumprindo penalidade de suspensão imposta pela SUSEP.

11.11. Regularidade fiscal e trabalhista:

- 11.11.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- 11.11.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita

Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

11.11.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

11.11.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943;

11.11.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

11.11.6. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

11.11.7. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

11.12. Qualificação Econômico-Financeira:

11.12.1 A qualificação econômico-financeira será comprovada por meio dos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), que deverão ser maiores que 1,00 (um inteiro);

11.12.2 Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo Distribuidor Judicial da sede do licitante, Justiça Comum;

11.12.3 Balanço do último exercício, que evidencie os Índices de Liquidez Geral acima citados, no subitem 11.14.1;e

11.12.4 Caso estes índices sejam iguais ou inferiores a 1,00 (um inteiro), a licitante deverá possuir patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor de sua proposta de preços.

11.13. Qualificação Técnica:

11.13.1 No que tange à Qualificação Técnica, a Licitante deverá observar as informações correspondentes, contidas no Termo de Referência.

- 11.13.2 Declaração assinada afirmando que apresentará, até a assinatura do contrato, a comprovação de que o risco se encontra integralizado em sua totalidade, por meio de “*slip*” de resseguro evidenciando a participação de cada resseguradora componente do painel de resseguros confirmando a aceitação do risco, percentual de cobertura em questão e compromisso exclusivo junto ao respectivo licitante;
- 11.13.3 Declaração do licitante comprometendo-se a disponibilizar, até a assinatura do contrato, a relação dos nomes dos integrantes da equipe técnica que atuará na prestação dos serviços contratados, acompanhada dos respectivos currículos profissionais, de modo a demonstrar que os membros da referida equipe técnica possuem experiência na execução de contratos de seguro D&O;
- 11.13.4 Declaração ou documento equivalente, expedida pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), dentro do prazo de validade, comprovando a regularidade da inscrição ou registro do licitante no referido órgão;
- 11.13.5 Comprovação de que o licitante possui ao menos uma apólice de seguro D&O vigente, emitida para entidade pública ou privada considerada empresa de grande porte, nos termos do art. 3º, parágrafo único, da Lei nº 11.638/2007;
- 11.13.6 A comprovação de que trata o item 11.13.5 poderá ser realizada mediante a apresentação de atestado de capacidade técnica ou mediante cópia da especificação do seguro da apólice, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a empresa licitante desempenhou serviços compatíveis com o objeto deste Termo de Referência; ou cópia da apólice que comprove a prestação de serviços de seguro na modalidade D&O;
- 11.13.7 Caso o licitante opte por demonstrar sua qualificação mediante a apresentação de atestado de capacidade técnica, este deverá ser impresso em papel timbrado pelo emitente, sem emendas, rasuras ou entrelinhas e deverá conter, ao menos, as seguintes informações;
- a) CNPJ e razão social da instituição emitente do atestado, e
 - b) nome, endereço, cargo, e-mail e telefone do signatário da instituição emitente do atestado.
- 11.13.8 A comprovação de que trata o item 11.13.5 também poderá se dar mediante apresentação de cópia de contrato e/ou outro documento hábil que evidenciem a efetiva prestação de serviço compatível com o objeto deste Termo de Referência;
- 11.13.9 Certidão ou documento equivalente, expedida pela SUSEP, dentro do prazo de

validade, comprovando que a seguradora não se encontra em liquidação extrajudicial ou fiscalização extraordinária, nos termos do Decreto-Lei nº 73/1966;

11.13.10 Cópia assinada do “Termo de Confidencialidade e Sigilo” do licitante, constante do Anexo VIII, no caso da solicitação de informações complementares, por meio do preenchimento de questionário ou documento equivalente;

11.13.11 A solicitação de preenchimento do questionário ou documento equivalente deverá ser dirigida à Gerência de Finanças e Contabilidade da NAV Brasil, no prazo máximo de até 03 (três) dias úteis anteriores à data prevista para abertura da licitação;

a) a solicitação poderá ser realizada eletronicamente, para o **e-mail efetivo.dafc.ac@navbrasil.gov.br**, ou de forma presencial, na Administração Central da empresa, localizada na Avenida General Justo, nº 160 – Centro, Rio de Janeiro/RJ - CEP 20.021-130, telefones (21) 2174-7221 ou 2174-7285, nos dias e horários estabelecidos no Edital da licitação;

11.13.12 A entrega do questionário ou documento equivalente preenchido pela NAV Brasil com informações eventualmente solicitadas pelo licitante também ocorrerá por intermédio de e-mail ou de forma presencial, conforme previsto na alínea “a” do subitem 11.13.11, em até 02 (dois) dias úteis após o recebimento da solicitação, mediante devolução do correspondente “Termo de Confidencialidade e Sigilo”, constante do Anexo VIII, devidamente assinado;

11.14 Requisitos para os Atestados de Capacidade Técnica:

11.14.1 A critério da NAV Brasil, nas situações em que julgar necessário, poderão ser realizadas diligências com a finalidade de entender, esclarecer e/ou comprovar as informações contidas no(s) atestado(s) de capacidade técnica entregue(s).

11.14.2 Poderão ser solicitadas cópias de documentos complementares como contratos, notas fiscais e notas de empenho. Porém, não serão executadas diligências para acrescentar informações obrigatórias ausentes no(s) atestado(s) apresentado(s).

11.14.3 A eventual recusa do(s) emitente(s) do(s) atestado (s) em prestar esclarecimentos e/ou fornecer documentos comprobatórios e/ou sofrer diligências e/ou constatada inexatidão das informações atestadas, desconstituirá o(s) atestado(s), o que poderá, inclusive, configurar prática criminosa, ensejando comunicação ao Ministério Público Federal (MPF), para fins de apuração de responsabilidades.

11.14.4 No caso de atestados emitidos por empresas privadas, não serão admitidos aqueles emitidos por empresas pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa proponente.

a) São consideradas como pertencentes ao mesmo grupo empresarial as empresas controladas ou controladoras da CONTRATADA proponente, ou e tenha pelo menos uma mesma pessoa física ou jurídica que seja sócia ou possua vínculo com a empresa emitente.

11.14.5 O(s) referido(s) atestado(s) deverão estar relacionados ao objeto da licitação;

11.14.6 O(s) referido(s) atestado(s) deverão ser pertinentes e compatíveis às características, quantidades e prazos exigidos na licitação;

11.14.7 O(s) referido(s) atestado(s) poderão ser fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, com a correta identificação do emissor;

11.14.8 O(s) referido(s) atestado(s) deverão ser emitidos sem rasuras, acréscimos ou entrelinhas;

11.14.9 O(s) referido(s) atestado(s) deverão estar assinados por quem tenha competência para expedi-los, tais como representantes legais do órgão/empresa, diretores, gerentes e representantes formais das áreas técnica ou demandante (sem se limitar a esses);

11.14.10 O(s) referido(s) atestado(s) deverão conter identificação clara e suficiente do atestante; e

11.14.11 O(s) referido(s) atestado(s) deverão apresentar redação clara, sucinta e objetiva que demonstre de forma inequívoca o atendimento ao objeto da requisição.

12. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

12.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 2 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

12.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

12.1.2. Apresentar a planilha de custos e formação de preços, devidamente ajustada ao lance vencedor, em conformidade com o modelo constante do Termo de Referência.

12.1.3. Conter a indicação da instituição bancária, número da conta corrente e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

12.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do Contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

12.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

12.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, com o valor unitário e o valor global em algarismos arábicos e por extenso.

12.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

12.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

12.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

12.5.1 As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação

13. DOS RECURSOS

13.1. O Pregoeiro declarará o vencedor e concederá o prazo de no mínimo 30 (trinta) minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por qual(is) motivo(s), em campo próprio do sistema.

13.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

13.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

13.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

13.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros 3 (três) dias úteis, que começarão a contar do término do

prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.3 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

14. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

14.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

14.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

14.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

14.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico “chat” ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

14.2.2 A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

15. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

15.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

15.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

16. DA GARANTIA DA EXECUÇÃO

16.1. Conforme estabelecido no Termo de Referência, não será exigida apresentação da garantia contratual de que trata o art. 70, § 2º, da Lei nº 13.303/2016.

17. DO TERMO DE CONTRATO

17.1 Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

17.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Ordem de Serviço/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

17.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

17.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

17.3. O Aceite da Ordem de Serviço ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

17.3.1 A Contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no presente Edital e seus anexos; e

17.3.2 A Contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas na Lei nº 13.303/2016 e reconhece os direitos da Administração previstos na mesma Lei.

17.4. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses prorrogáveis, até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme previsão no instrumento contratual correspondente.

17.5 Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas e nos termos do art. 6º, inciso III, da Lei nº 10.522/2002, consulta prévia ao CADIN.

17.5.1 Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, antes da contratação.

17.5.2. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

17.6. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no Edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

17.7. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no Edital ou se recusar a assinar o Contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o Contrato.

18. DO REAJUSTE

18.1. As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas conforme Minuta de Termo de Contrato, anexa a este Edital.

19. DA ACEITAÇÃO E EXECUÇÃO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

19.1. Os critérios de aceitação, execução do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência, anexo a este Edital.

20. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

20.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência e na minuta do Termo de Contrato, anexos a este Edital.

21. DA SUBCONTRATAÇÃO

21.1. Em razão da natureza do objeto a ser contratado, não será admitida a subcontratação, conforme as fundamentações apresentadas no Termo de Referência e na minuta do correspondente Termo de Contrato.

22. DO PAGAMENTO

22.1 O pagamento do prêmio será efetuado em 1 (uma) parcela única, sendo paga em até 10 (dez) dias úteis, contado a partir do recebimento, do documento de cobrança, acompanhado da apólice a qual será devidamente conferida pela Contratante.

22.1.1. Os pagamentos serão efetuados após a conferência da apólice pela Contratante e verificação da Regularidade Fiscal da Contratada no SICAF. Antes de cada pagamento à Contratada, será realizada consulta ao SICAF, quando aplicável, para verificar a manutenção das condições de regularidade exigidas no Termo de Referência, parte integrante do presente Contrato;

22.1.2. A Nota Fiscal Eletrônica– (NF-e) será exigida de acordo com a legislação específica: Protocolo ICMS nº 42/2009, de 03 de julho de 2009, e suas alterações.

22.1.3. Constatando a Contratante qualquer divergência ou irregularidade na Nota Fiscal/Fatura, esta será devolvida à Contratada para as devidas correções.

22.1.4 No caso citado no subitem 22.1.3, a Contratante terá o prazo de 12 (doze) dias úteis, a contar da Data da reapresentação do documento, para efetuar o pagamento.

22.2. De conformidade com o que determina a Circular nº 3290, de 05 de setembro de 2005 e Circular nº 3.978 de 23 de janeiro de 2020, do Banco Central do Brasil, a Contratada deverá informar no documento hábil de cobrança, o nome completo da pessoa jurídica ou física, o CNPJ ou CPF, o nome do Banco, o número da Agência e da conta para depósito, pela Contratante, referente ao crédito a que a Contratada tem direito.

22.2.1. Os dados retromencionados, obrigatoriamente, deverão ser da mesma pessoa física ou jurídica contratada;

22.3. A Contratante poderá sustar o pagamento da Contratada, no todo ou em parte, nos seguintes casos:

22.3.1 Existência de débito da Contratada para com a Contratante, quer proveniente da execução do instrumento contratual decorrente deste processo, quer de obrigações ajustadas em outros contratos;

22.3.2 Não cumprimento de obrigação contratual, hipótese em que o pagamento ficará retido até que a Contratada atenda à cláusula infringida; e

22.3.3 Descumprimento pela Contratada de obrigações avençadas com terceiros que, eventualmente, possam prejudicar o fornecimento do produto ou a Contratante.

22.4. A Contratante fará retenção, com repasse ao Órgão Arrecadador de qualquer tributo ou contribuição determinada por legislação específica, sendo que a Contratante se reserva o direito de efetuar ou não nos casos em que for facultativo.

23. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

23.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520/2002, o licitante/adjudicatário que:

23.1.1. Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

23.1.2. Apresentar documentação falsa;

23.1.3. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

- 23.1.4. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
 - 23.1.5. Não manter a proposta;
 - 23.1.6. Cometer fraude fiscal; e
 - 23.1.7 Comportar-se de modo inidôneo.
 - a) Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 23.2. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- 23.2.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
 - 23.2.2. Multa, na forma prevista no Contrato;e
 - 23.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com com a NAV Brasil pelo prazo de até 2 (dois) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e seus anexos, bem como das demais cominações legais.
- 23.3. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 23.4. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846/2013, como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.
- 23.5. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846/2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 23.6. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 23.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a NAV Brasil poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme art. 419 do Código Civil.

23.8. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário.

23.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

23.10. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

23.11. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas na Lei nº 13.303/2016 e no Termo de Referência desta contratação.

24. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

24.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 3 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet.

24.2. O pedido de esclarecimento deverá ser enviado, pelo e-mail: licitacoes@navbrasil.gov.br.

24.3. O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos.

24.4. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Administração.

24.5. A solicitação de informações complementares, por meio do preenchimento de questionário ou documento equivalente, a que se refere o item 11.13.11 deste Edital, não será considerada pedido de esclarecimento, devendo os licitantes obedecerem ao disposto nos dispositivos do instrumento convocatório específicos para essa finalidade.

25. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

25.1.1. Até 3 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

25.2. A impugnação deverá, como requisito para sua admissibilidade, ser formal, datada e assinada pelo responsável pela impugnação, e conter a apresentação das razões e indicação do item a ser impugnado, bem como o fundamento legal para a impugnação apresentada.

25.3. A impugnação poderá ser encaminhada por forma eletrônica, para o e-mail: licitacoes@navbrasil.gov.br ou protocolada no endereço da NAV Brasil Serviços de Navegação Aérea S.A., dirigida à Coordenadoria de Licitações.

25.4. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

25.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

25.5.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

26. DO PRAZO E DO LOCAL DE ENTREGA

26.1 O prazo de entrega/execução deverá respeitar os dispostos no Termo de Referência deste Edital;

26.2. A expedição da Ordem de Serviço (OS) somente se efetivará após a publicação do extrato do Contrato no Diário Oficial da União (DOU) e apresentação do Termo de Compromisso assegurando à NAV Brasil a apresentação da garantia de execução do Contrato no prazo de 15 (quinze) dias corridos, após a assinatura do Contrato, bem como efetuar eventuais ajustes/correções detectadas na análise da referida garantia.

27. DO COMPROMISSO COM A LGPD (LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS)

27.1. O licitante deverá cumprir o previsto na Lei nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD, conforme estabelecido no Termo de Referência, na Minuta de Termo de Contrato e nas regras para o preenchimento do Anexo VIII (Termo de Confidencialidade e Sigilo), todos anexos a este Edital.

28. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

28.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

28.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

28.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília/DF.

28.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

28.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

28.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

28.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, sendo que só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

28.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

28.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

28.10. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico -www.gov.br/compras ou www.navbrasil.gov.br/licitacoes, e também poderá ser lido e/ou obtido no endereço Avenida General Justo, nº 160 - Centro, Rio de Janeiro/RJ - CEP 20.021-130, nos dias úteis, no horário das 08:30h às 12:00h e 13:00h às 16:30h.

28.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

28.11.1. ANEXO I – Modelo de Carta de Apresentação dos Documentos de Habilitação;

28.11.2. ANEXO II – Modelo de Declaração de Elaboração Independente de Proposta;

28.11.3. ANEXO III – Modelo de Protocolo de Entrega;

28.11.4. ANEXO IV – Modelo de Ordem de Serviço;

28.11.5. ANEXO V – Modelo de Planilha de Preços

28.11.6. ANEXO VI – Minuta do Termo de Contrato;

28.11.7. ANEXO VII - Termo de Referência; e

28.11.8. ANEXO VIII – Modelo de Termo de Confidencialidade e Sigilo.



Rio de Janeiro, 05 de agosto de 2022.

NAV BRASIL SERVIÇOS DE NAVEGAÇÃO AÉREA

ANEXO I

PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE

MODELO DE CARTA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

À NAV BRASIL SERVIÇOS DE NAVEGAÇÃO AÉREA – NAV BRASIL

Endereço, Estado (UF)

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº [NÚMERO]/2022

Prezados Senhores,

Em cumprimento aos ditames editalícios, utilizamo-nos da presente para submeter à apreciação de V.S^{as}. os documentos abaixo discriminados, necessários para a licitação referenciada:

(DESCREVER OS DOCUMENTOS)

Declaramos que nossa empresa se encontra cadastrada junto ao SICAF (se for o caso), conforme exigências do Edital.

Em cumprimento aos ditames editalícios, declaramos, sob as penalidades cabíveis, a inexistência de fato impeditivo de habilitação, e que temos pleno conhecimento de todos os aspectos relativos à licitação em causa e nossa plena concordância com as condições constantes do Edital e seus Anexos.

Declaramos sob pena da lei, em especial do art. 24 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da NAV Brasil Serviços de Navegação Aérea S.A., que nossos diretores; responsáveis legais ou técnicos; membros do conselho técnicos, consultivo, deliberativo ou administrativo; ou sócios, não são empregados ou ocupantes de cargo comissionado da NAV Brasil, bem como nossa empresa não está incurso em nenhum dos impedimentos elencados no Edital da licitação em epígrafe.

Declaramos, ainda, não possuir em nosso quadro de pessoal empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendizes, a partir de 14 (quatorze) anos, nos

34



termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

Caso nos seja adjudicado o objeto da presente licitação, nos comprometemos o contrato no prazo determinado no documento de convocação, indicando para esse fim o(a) Sr.(a) _____, Carteira de Identidade nº _____ expedida em __/__/____, Órgão Expedidor _____, CPF n. _____, E-mail _____, fone n. (____) _____.

Atenciosamente,

Local e data.

FIRMA LICITANTE/CNPJ

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

ANEXO II (MODELO)

PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

À

NAV BRASIL – SERVIÇOS DE NAVEGAÇÃO AÉREA S/A – Endereço, Estado (UF)

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00x/2022

Prezados Senhores,

____ [identificação completa do representante da Licitante] ____, como representante devidamente constituído de ____ [identificação completa da Licitante] ____ (doravante denominado Licitante), para fins do Edital do Pregão Eletrônico nº [NÚMERO]/2022, declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- a) A proposta anexa foi elaborada de maneira independente pela licitante, e que o conteúdo da proposta anexa não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico nº [NÚMERO]/2022, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- b) A intenção de apresentar a proposta anexa não foi informada a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico nº [NÚMERO]/2022, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- c) Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico nº [NÚMERO]/2022, quanto a participar ou não da referida licitação;
- d) Que o conteúdo da proposta anexa não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado a ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico nº [NÚMERO]/2022 antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- e) Que o conteúdo da proposta anexa não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer integrante da NAV Brasil antes da abertura oficial das propostas; e
- f) Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.



Local e data

FIRMA LICITANTE/CNPJ

**ASSINATURA COM IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO REPRESENTANTE
LEGAL**

ANEXO III

MODELO DE PROTOCOLO DE ENTREGA

Pregão Eletrônico nº [NÚMERO]/2022

Data de Abertura da Licitação: DD/MM/AAAA

Objeto:

CONTRATAÇÃO_____.

EMPRESA:	
Endereço:	
E-mail: (Obrigatório)	

CNPJ:	
REPRESENTANTE:	
IDENTIDADE:	DATA: ____/____/20__
CPF:	Tel.:

Recebi da NAV Brasil Serviços de Navegação Aérea S.A. toda a documentação referente ao Edital e seus Anexos relativos à contratação em tela.

Estou ciente que o valor de R\$ 50,00 deverá ser pago por intermédio de boleto bancário que será encaminhado nos próximos dias pela NAV Brasil ao endereço eletrônico: _____ e, ainda, que a ausência do pagamento no prazo estabelecido implicará na inscrição do devedor no SERASA e CADIN.

ASSINATURA DO REPRESENTANTE

ANEXO IV

ORDEM DE SERVIÇO (MODELO)

CONTRATADA: xxxxxxxx

ORDEM DE SERVIÇO Nº XX/2022

Comunicamos que a empresa supracitada está autorizada a iniciar os serviços, objeto do TERMO DE CONTRATO Nº XXXXXX, assinado em XX de XX de 2022, conforme estabelecido a seguir:

1– OBJETO CONTRATADO/SERVIÇO A EXECUTAR

XXXXX

2– DEPENDÊNCIA/LOCAL DA EXECUÇÃO DA OBRA

XXXXXXXX

3– PRAZO DE EXECUÇÃO:

XXXXX

4– PREÇO TOTAL DO CONTRATO

R\$ XXXXX (XXXX reais).

5 – DISPOSIÇÕES GERAIS:

5.1 – O período de medição do contrato deve ocorrer entre os dias XX (XXXX) do mês anterior ao dia XX (XXXX) do mês de competência da medição (exemplo: de 26/09/2021 à 25/10/2021, sendo outubro o mês de competência da medição);

5.2 – A nota fiscal deve ser emitida até o último dia útil do mês em que se encerra a XXXXX;

5.3 – Os pagamentos mensais serão efetuados no 12º (décimo segundo) dia útil após a apresentação do documento de cobrança no protocolo da NAV Brasil ou ao gestor do contrato, desde que os documentos de cobrança apresentados à NAV Brasil estejam corretos;

5.4 – A contratada deverá apresentar a documentação prevista no item XX do Termo de Contrato, bem como cronograma físico-financeiro atualizado, sob pena de ser suspenso o pagamento, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, até que tal exigência seja atendida;



5.5 – A subcontratação ainda que parcial dos serviços objeto da presente ordem de serviço, sem o prévio e expresso consentimento da NAV Brasil, constitui-se motivo para rescisão contratual.

Rio de Janeiro, XX de XXXX de 2022.

Assinatura do Responsável pela emissão da Ordem de Serviço

ANEXO V

MODELO DE PLANILHA DE PREÇOS

NAV Brasil Serviços de Navegação Aérea S.A..					
LICITAÇÃO:					FOLHA 1/1
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
OBS: A empresa deverá incluir especificações técnicas completas do produto/serviço ofertado, conforme orientações constantes deste Edital e seus anexos.					
Total					

Marca/Modelo: _____

Prazo de entrega: _____

Prazo de validade da proposta: _____

Prazo de Garantia do produto: _____

Comprometemo-nos a fornecer a prestação de serviço acima cotada, submetendo-nos às condições expressas no Edital

e anexos da licitação eletrônica referenciada nesta Planilha de Preços.

Data, carimbo e assinatura do representante da licitante



ANEXO VI

TERMO DE CONTRATO

ANEXO VII

TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO VIII

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E SIGILO (MODELO)

Pelo presente instrumento, a Empresa xxxxxx (denominação) e xxxxxxxx (qualificação), inscrito(a) xxxxxxxx no CNPJ sob o nº XXXXX, com sede à XXXXXXXX, doravante denominada LICITANTE/CONTRATADA, representada por (nome e qualificação) inscrito(a) no CPF sob o nº XXXX, tem como confidencialidade manter confidenciais as informações que lhe forem fornecidas pela NAV BRASIL SERVIÇOS DE NAVEGAÇÃO AÉREA S.A. - NAV Brasil, situada à Av. General Justo, 160 – Centro – CEP 20021-130 - Rio de Janeiro – RJ, BRASIL, doravante denominada NAV Brasil, neste ato representada por XXXXXXXX, nas formas a seguir convencionadas:

1. DEFINIÇÃO

1.1 Deve ser considerada “Propriedade de Informação” qualquer informação, abrangendo, irrestritamente, “Know how”, dados, requisitos, especificações, técnicas de procedimento, processos, planejamento, plantas, dados de ensaio ou patentes, relativos à engenharia, produção, “marketing”, serviços, ou qualquer projeto, seja este de pesquisa, futuro ou em execução, incluindo-se, ainda, qualquer dado sobre questões pessoais ou financeiras relacionadas a negócio presente ou futuro – seja este expresso nas formas oral, escrita, gráfica, eletrônica ou em cópias cedidas pela empresa. Compreende, também, todas as invenções, técnicas, procedimentos, projetos, descobertas e aperfeiçoamentos, além da propriedade intelectual, devidamente, identificada como confidencial no momento de sua divulgação.

1.2. Toda Propriedade de Informação que for divulgada oralmente, só deve ser tutelada pelo presente termo de confidencialidade se for identificada como tal, no momento de sua divulgação e, posteriormente, ratificada como sigilosa em documento escrito dentro do prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da divulgação.

2. DA UTILIZAÇÃO DA PROPRIEDADE DE INFORMAÇÃO

2.1 A LICITANTE/CONTRATADA se compromete perante a NAV Brasil a acatar os seguintes termos a respeito da Propriedade de Informação.

2.1.1 Toda Propriedade de Informação enviada pela NAV Brasil à LICITANTE/CONTRATADA será utilizada, apenas, para a execução dos trabalhos requeridos a este último.

2.1.2 A LICITANTE/CONTRATADA tomará todas as precauções cabíveis a fim de evitar o conhecimento total ou parcial da Propriedade de Informação por parte de terceiros.

2.1.3 Na eventualidade da LICITANTE/CONTRATADA considerar necessário o conhecimento da Propriedade de Informação por pessoas estranhas ao presente processo de contratação, deverá requisitar, por escrito, a prévia autorização da NAV BRASIL, condição essa que obrigará a respeitar todos os termos do presente termo de confidencialidade, e a não utilizar as informações para qualquer outro propósito, além do estabelecido para a consecução do objeto desta contratação.

3. DA PROPRIEDADE DE INFORMAÇÃO

3.1 Não serão essas informações duplicadas, nem mesmo utilizadas, total ou parcialmente, para qualquer outro objetivo que não seja indispensável à consecução do objeto desta contratação, sem a prévia autorização, por escrito, da NAV Brasil.

3.2 Serão protegidas e mantidas em sigilo pela LICITANTE/CONTRATADA, a qual utilizará do mesmo cuidado e segurança que tem por hábito utilizar na preservação e manipulação de documentos de seu próprio interesse ou de igual importância, em observância ao que dispõe a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD.

3.3 Toda Propriedade de Informação cedida pela NAV Brasil, bem como qualquer cópia ou similar que tenha sido feita, permanecerá como de sua propriedade, devendo ser devolvida à NAV Brasil, ou destruída no prazo de 15 (quinze) dias, sendo que, em havendo tal procedimento deverá ser devidamente informado à NAV Brasil.

3.4 Caso tome conhecimento do vazamento de informações, a LICITANTE/CONTRATADA comunicará o fato, imediatamente, à NAV Brasil, a qual tomará as providências cabíveis.

3.5 A LICITANTE/CONTRATADA declara conhecimento sobre as medidas de segurança, técnica e administrativa aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

4. DOS LIMITES À PROTEÇÃO DA PROPRIEDADE DE INFORMAÇÃO

4.1 As regras de procedimento concernentes à utilização e ao manuseio da Propriedade de Informação, supracitadas, excluem as seguintes informações:

- a) As informações cuja divulgação que já chegaram ao domínio público ou que chegarem a ele por outros meios, que não incluam a participação ou envolvimento da LICITANTE/CONTRATADA.
- b) As informações cuja divulgação tenha sido previamente autorizada, por escrito, pela

NAV Brasil.

c) As informações divulgadas mediante pedido do Governo Brasileiro, comprometendo-se, neste caso, a LICITANTE/CONTRATADA de comunicar à NAV Brasil no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data da feitura ou recebimento do pedido.

5. DAS ALTERAÇÕES

5.1 Nenhuma emenda ou modificação será acrescentada a não ser que seja autorizada, por escrito, pela NAV Brasil.

6. DO PRAZO

6.1 O prazo deste instrumento corresponderá ao período de duração estabelecido para a consecução do objeto desta contratação, assinado entre as partes.

7. DA RESCISÃO

7.1 A extinção do presente Termo de Confidencialidade e Sigilo não liberará a LICITANTE/CONTRATADA das obrigações ora impostas, relativas ao uso e proteção da Propriedade de Informação.

8. DOS FUNDAMENTOS LEGAIS

8.1 Este instrumento tem embasamento legal, nas normas que regem o sigilo, em especial, a Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial e o Decreto nº 4.553, de 27 de dezembro de 2002, que estabelece normas para a salvaguarda de documentos, materiais, áreas, comunicações e sistemas de informações de natureza sigilosa, e dá outras providências.

8.2 Fica estabelecido que o fornecimento da Propriedade de Informação de que trata o presente documento não será interpretado como concessão de quaisquer direitos, tácitos ou expressos, direitos de patente, direitos autorais, de marca registrada ou plano de negócios, sobre invenções, projetos, descobertas ou quaisquer questões de que trate a Propriedade de Informação então cedida, e

8.3 A LICITANTE/CONTRATADA a partir da apresentação da proposta, passa a ser obrigada a cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenha acesso.

9. DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

9.1 Fica estabelecido que o fornecimento da Propriedade de Informação não ensejará quaisquer direitos de patentes, autorais, de marca registrada ou plano de negócios, invenções, projetos, descobertas ou quaisquer outras questões de que trate a Propriedade de Informação, ora cedida.

9.2 A execução, existência e desempenho do presente Termo de Confidencialidade e Sigilo deve ser mantido em sigilo pela LICITANTE/CONTRATADA e não deverá ser divulgado sem a prévia autorização da NAV Brasil.

9.3 O presente Termo representará o completo entendimento e confidencialidade das partes, substituindo qualquer negócio, confidencialidade, empreendimento, comunicação oral ou escrita, previamente, estabelecida sobre o objeto deste Termo.

10. DO FORO

10.1 Fica eleito o foro da cidade do Rio de Janeiro, para dirimir as questões resultantes deste instrumento.

Rio de Janeiro, de agosto de 2022.

Assinatura do representante da LICITANTE/CONTRATADA

TERMO DE CONTRATO Nº [NÚMERO]-AE/2022/0001

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº SEDE-ADM-2022/[NÚMERO]

EMENTA: CONTRATAÇÃO DE APÓLICE DE SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL DE EXECUTIVOS – D&O (DIRECTORS AND OFFICERS) PARA OS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, CONSELHO FISCAL E DA DIRETORIA EXECUTIVA, QUE ENTRE SI CELEBRAM A NAV BRASIL SERVIÇOS DE NAVEGAÇÃO AÉREA S.A. E A [RAZÃO SOCIAL DA CONTRATADA]

A NAV BRASIL SERVIÇOS DE NAVEGAÇÃO AÉREA S.A., Empresa Pública Federal com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, inscrita no CNPJ sob o nº 42.736.102/0001-10, situada na Avenida General Justo, nº 160 – Centro, Rio de Janeiro/RJ, representada por seu Presidente, o Sr. JOSÉ POMPEU DOS MAGALHÃES BRASIL FILHO, CPF nº [NÚMERO] e CI nº [NÚMERO], emitida pelo MD/COMAER, e pelo seu Diretor de Administração, o Sr. CARLOS ROBERTO SANTOS, CPF nº [NÚMERO] e CI nº [NÚMERO], emitida pelo MD/COMAER, doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa [RAZÃO SOCIAL - NOME FANTASIA], inscrita no CNPJ sob o nº [NÚMERO DO CNPJ], situada na [ENDEREÇO], doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. [NOME DO REPRESENTANTE] CPF nº [NÚMERO DO CPF] e CI nº [NÚMERO DA CI], emitida pelo [ÓRGÃO EMISSOR], com fundamento no art. 68 da Lei nº 13.303/2016 c/c art. 52 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da NAV Brasil, celebram o presente TERMO DE CONTRATO, de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a Contratação de empresa seguradora, para emissão de apólice de seguro de Responsabilidade Civil para Executivos – D&O (*Directors & Officers*) para os membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva da NAV Brasil Serviços de Navegação Aérea S.A., conforme as especificações constantes do respectivo Termo de Referência; e

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Pregão Eletrônico nº [NÚMERO], vincula-se e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 05 (cinco) anos, nos termos do art. 71, da Lei nº 13.303/2016 e art. 57 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da NAV Brasil, a critério e conveniência da CONTRATANTE por meio de Termo Aditivo, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

- 2.1.1. Os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 2.1.2. A Administração mantenha o interesse no serviço;
- 2.1.3. O valor permaneça economicamente vantajoso para a Administração;
- 2.1.4. A CONTRATADA manifeste expressamente interesse na prorrogação; e
- 2.1.5. A CONTRATADA mantenha as condições que propiciaram a sua habilitação.

2.2. A contagem do prazo de vigência do presente instrumento inicia-se após a emissão da correspondente Ordem de Serviço (OS), em até 05 (cinco) dias após a assinatura do presente Termo de Contrato, para início da prestação dos serviços contratados.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

3.1. O valor global da contratação é de R\$ [VALOR NUMÉRICO E POR EXTENSO] para o prazo de 12 (doze) meses; e

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DO REGIME DE CONTRATAÇÃO

4.1. A contratação será executada pelo regime de empreitada por preço global.

5. CLÁUSULA QUINTA – DO LOCAL DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

5.1. Os serviços serão entregues na sede da NAV Brasil, localizada na Avenida General Justo, nº 160 – Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP 20.021-130; e

5.2. Os serviços deverão ser prestados com observância nas condições e prazos estabelecidos no do Termo de Referência, correndo por conta da CONTRATADA as despesas com deslocamentos dos seus profissionais.

6. CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

6.1. Os recursos orçamentários a serem utilizados para o custeio das despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos próprios desta empresa pública e encontram-se previstos no Programa de Dispêndios Globais (PDG) da NAV Brasil para o Exercício de 2022, disponíveis na Conta Orçamentária 311.07.028-7 (Seguros em Geral); Dependência 001 (Administração Central), Centro de Custo 14110-6 (Navegação Aérea); e

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento do prêmio será efetuado em parcela única, após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo pela FISCALIZAÇÃO, conforme previsto no Termo de referência correspondente;

7.2. Havendo erro na apresentação da nota fiscal/fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras necessárias;

7.2.1. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE;

7.3. Os pagamentos serão efetuados após a conferência da apólice pela FISCALIZAÇÃO e verificação da regularidade fiscal da CONTRATADA no SICAF;

7.4. A CONTRATANTE poderá sustar o pagamento da fatura apresentada pela CONTRATADA, no todo ou em parte, nos seguintes casos:

7.4.1 Descumprimento de qualquer obrigação relacionada ao seguro contratado;

7.4.2 Débito da CONTRATADA para com a CONTRATANTE, quer proveniente da execução deste Contrato e/ou de obrigações de outros contratos; e

7.4.3 Não cumprimento de qualquer obrigação contratual, hipótese que o pagamento ficará retido até que a CONTRATADA atenda à cláusula infringida.

7.5 A documentação de cobrança não aceita pela CONTRATANTE será devolvida à CONTRATADA para as devidas correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo de pagamento a partir da reapresentação da documentação corrigida;

7.6 A CONTRATADA deverá informar no documento hábil de cobrança o nome completo da pessoa jurídica ou física, o CNPJ ou CPF, nome do Banco, nº da Agência e nº da conta para depósito, pela CONTRATANTE, do crédito a que a CONTRATADA tem direito;

7.7 A CONTRATANTE fará a retenção, com repasse ao órgão arrecadador, de qualquer tributo ou contribuição determinada por legislação específica, sendo que a CONTRATANTE se reserva o direito de efetuar-la ou não nos casos em que esse procedimento for facultativo; e

7.8 Em caso de atraso de pagamento motivado pela CONTRATANTE, o valor a ser pago, será atualizado financeiramente desde a data prevista para o pagamento até sua efetivação, tendo como base o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA “*pro rata tempore*”, respeitadas as demais cláusulas constantes deste instrumento contratual.

8. CLÁUSULA OITAVA - DO REAJUSTE E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

8.1. Os valores dos serviços, objeto deste Contrato, poderão ser corrigidos anualmente, pela variação do IPCA, observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, a contar da data de apresentação da proposta final;

8.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;

8.3. Nos casos em que a revisão possa onerar o Contrato, desde que ocorram fatos imprevisíveis e/ou incalculáveis, a CONTRATADA deverá enviar documentos que comprovem, de forma circunstanciada/justificada, os critérios gerais das variações dos preços junto ao mercado;

8.4. Ainda assim, nos casos de revisão solicitada pela CONTRATADA, conforme subcláusula 8.3, deverá ser analisado pela CONTRATANTE, se o Contrato permanecerá vantajoso para a mesma; e

8.4. A alteração na remuneração dos custos de que trata a subcláusula 8.3 será formalizada exclusivamente por meio de Termo Aditivo e visará apenas ao reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, ficando limitada unicamente aos custos envolvidos, e condicionada à ocorrência de fato superveniente, o qual deverá ser comprovado pela CONTRATADA.

9. CLÁUSULA NONA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

9.1. O presente Termo de Contrato poderá ser alterado, por acordo entre as partes, conforme o seguinte:

9.1.2 Quando houver modificação das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

9.1.3 Quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos pela Lei nº 13.303/2016;

9.1.4 Quando conveniente a substituição da garantia de execução;

9.1.5 Quando necessária a modificação do regime de execução do serviço, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

9.1.6 Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação da execução de serviço; e

9.1.7 Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição da administração para a justa remuneração do serviço, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA GARANTIA CONTRATUAL

10.1. Em razão da natureza do objeto a ser contratado, não será exigida apresentação da garantia contratual de que trata o art. 70, § 2º, da Lei nº 13.303/2016.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

11.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA encontram-se definidas no Termo de Referência correspondente, parte integrante do presente Contrato.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. A CONTRATADA cometerá infração administrativa, nos termos da Lei nº 13.303/2016, quando:

- 12.1.1 Falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
 - 12.1.2 Ensejar o retardamento da execução do objeto;
 - 12.1.3 Fraudar na execução do Contrato;
 - 12.1.4 Comportar-se de modo inidôneo; ou
 - 12.1.5 Cometer fraude fiscal;
- 12.2. Sem prejuízo da sanção de rescisão unilateral prevista na Cláusula Décima Terceira deste Instrumento, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior devidamente comprovados e aceitos pela CONTRATANTE, poderão ser aplicadas, garantida a prévia defesa, as sanções previstas nos arts. 82, 83 e 84 da Lei nº 13.303/2016;
- 12.3. A CONTRATADA, notificada da cominação que poderá lhe ser aplicada, terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, para apresentar defesa prévia;
- 12.3.1. Da decisão da FISCALIZAÇÃO sobre a aplicação da multa contratual caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de ciência da decisão;
 - 12.3.2. A autoridade competente, ouvida a FISCALIZAÇÃO, decidirá pela procedência ou não do recurso; e sua decisão deverá ser comunicada formalmente à CONTRATADA; e
 - 12.3.3. O valor da multa eventualmente aplicada, após esgotado o prazo recursal ou interposto recurso no prazo regulamentar sendo o mesmo improvido, será deduzido do pagamento que a CONTRATADA fizer jus, e na hipótese do crédito da CONTRATADA junto à CONTRATANTE ser insuficiente para cobrir o valor da penalidade aplicada, o valor da multa poderá ser deduzido da garantia de cumprimento do Contrato ou cobrado mediante competente processo judicial, sem prejuízo da rescisão contratual.
- 12.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei nº 12.846/2013, caso a CONTRATADA pratique os atos previstos no art. 5º do referido diploma legal.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO E DA RESILIÇÃO

- 13.1. A inexecução, total ou parcial, deste Contrato poderá dar ensejo à sua rescisão por justa causa e acarretará as consequências previstas neste Instrumento e na legislação pertinente;

13.2. Sem prejuízo de outras sanções, constituem motivos para rescisão por justa causa deste Contrato, pela CONTRATANTE:

- 13.2.1. O não cumprimento de cláusulas contratuais ou Termo de Referência;
- 13.2.2. O cumprimento irregular de cláusulas contratuais ou Termo de Referência;
- 13.2.3. A subcontratação, ainda que parcial, se aplicável à contratação, sem a prévia e expressa autorização da CONTRATANTE;
- 13.2.4. A cessão ou transferência do presente Contrato;
- 13.2.5. O desatendimento às determinações da FISCALIZAÇÃO designada para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto deste Contrato;
- 13.2.6. O cometimento reiterado de faltas no fornecimento do objeto deste Contrato;
- 13.2.7. A decretação de falência, a recuperação judicial ou extrajudicial;
- 13.2.8. A dissolução da sociedade;
- 13.2.9. A alteração societária que modifique a finalidade ou o controle acionário ou, ainda, a estrutura da CONTRATADA que, a juízo da CONTRATANTE, inviabilize ou prejudique a execução deste Contrato;
- 13.2.10. O protesto de títulos ou a emissão de cheques sem a suficiente provisão de fundos que caracterizem a insolvência da CONTRATADA;
- 13.2.11. A prática de qualquer ato que vise fraudar ou burlar o fisco ou órgão/entidade arrecadador/credor dos encargos sociais e trabalhistas ou de tributos;
- 13.2.12. O descumprimento de quaisquer das condições ajustadas neste Contrato; e
- 13.2.13. O conhecimento pela CONTRATANTE, ainda que *a posteriori* de fato ou ato que afete a idoneidade da CONTRATADA ou de seus sócios/cotistas ou de seus gestores, ou ainda, de seus representantes.

13.3. Constitui motivo para rescisão deste Contrato por iniciativa da CONTRATADA:

- 13.3.1. A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, sem que haja culpa da CONTRATADA, sendo regularmente comprovada e impeditiva da execução do Contrato;

13.4. O Contrato poderá ser resiliado por iniciativa da CONTRATANTE ou da CONTRATADA, a qualquer tempo e sem quaisquer ônus para a outra parte, mediante distrato, desde que a outra parte seja notificada com antecedência mínima de 90 (noventa) dias e que a FISCALIZAÇÃO se manifeste no sentido de que não há motivo impeditivo para a resilição, relacionado ao eventual cumprimento irregular das cláusulas do Contrato, que possa ensejar aplicação de penalidades ou mesmo rescisão contratual.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA MATRIZ DE RISCOS

14.1. A CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo como premissa a obtenção do melhor custo contratual, mediante a alocação do risco à parte com maior capacidade para geri-lo e absorvê-lo, identificam os riscos decorrentes da relação contratual e, sem prejuízo de outras previsões contratuais, estabelecem os respectivos responsáveis na Matriz de Riscos constante anexa ao correspondente Termo de Referência;

14.2. Constituem riscos suportados exclusivamente pela CONTRATANTE, que poderão ensejar termos aditivos a esse contrato:

14.2.1. Fatos retardadores ou impeditivos da execução do Contrato que não estejam na álea ordinária, tais como fatos do príncipe, caso fortuito ou de força maior, bem como o retardamento determinado pela CONTRATANTE, que comprovadamente repercute no preço da CONTRATADA.

14.3. Observado o disposto na subcláusula precedente, constituem riscos suportados exclusivamente pela CONTRATADA:

14.3.1. Atraso na execução do objeto contratual por culpa da CONTRATADA; e

14.3.2. Fatos retardadores ou impeditivos da execução do Contrato próprios do risco ordinário da atividade empresarial ou da execução;

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA FISCALIZAÇÃO

15.1. A FISCALIZAÇÃO representará a CONTRATANTE e terá as atribuições delegadas em Ato Administrativo específico e, ainda, o seguinte:

15.1.1. Agir e decidir, em nome da CONTRATANTE, inclusive, para rejeitar os serviços executados em desacordo com os encargos constantes do Termo de Referência;

15.1.2. Certificar a documentação de cobrança correspondente, após constatar o fiel cumprimento dos serviços contratados e das demais condições contratuais;

15.1.3. Transmitir suas ordens e instruções por escrito, salvo em situações de urgência ou emergência, sendo, nestas hipóteses, reservado à CONTRATADA o direito de solicitar da FISCALIZAÇÃO, por escrito, a posterior confirmação de ordens ou instruções verbais recebidas;

15.1.4. Solicitar que a CONTRATADA, quando comunicada, afaste o seu empregado ou contratado, se for o caso, que não esteja cumprindo fielmente o presente Contrato;

15.1.5. Avaliar os serviços previstos neste Contrato, de acordo com os procedimentos constantes no Termo de Referência, com a aplicação das sanções previstas no Termo de Contrato, quando necessário;

15.1.6. Propor, nos termos contratuais, cominação(es) à CONTRATADA dando-lhe ciência do ato, por escrito, e comunicar a área de contratos da CONTRATANTE para que proceda a dedução da multa de qualquer crédito da CONTRATADA;

15.1.7. Instruir o(s) recurso(s) da CONTRATADA no tocante ao pedido de cancelamento de sanção(es);

15.1.8. Liberar o pagamento somente após ter recebido da CONTRATADA os documentos relacionados nestas condições contratuais e desde que esta tenha cumprido as demais obrigações ajustadas neste Contrato; e

15.2. No exercício de suas atribuições fica assegurado à FISCALIZAÇÃO, sem restrição de qualquer natureza, o direito de acesso a todos os elementos e informações julgadas necessárias, relacionados com os serviços contratados; e

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA CLÁUSULA ANTICORRUPÇÃO

16.1. As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção, principalmente o teor do art. 5º da Lei nº 12.486/2013, assim como, o Decreto nº 8.420/2015 e toda legislação aplicável ao presente Contrato;

16.1.1. Sem prejuízo da obrigação de cumprimento das disposições de seus respectivos códigos de ética e de conduta, é dever das partes, no exercício dos direitos e obrigações previstos neste Contrato e no cumprimento de qualquer uma de suas disposições:

- a) não dar, oferecer ou prometer qualquer bem de valor ou vantagem de qualquer natureza a agentes públicos ou a pessoas a eles relacionadas ou ainda quaisquer outras pessoas, empresas e/ou entidades privadas, com o objetivo de obter vantagem indevida, influenciar ato ou decisão ou direcionar negócios ilicitamente;
- b) adotar práticas de monitoramento e verificação do cumprimento das leis anticorrupção, com o objetivo de prevenir atos de corrupção, fraude, práticas ilícitas ou lavagem de dinheiro por seus sócios, administradores, colaboradores e/ou terceiros por ela contratados; e
- c) adotar boas práticas de governança, atribuídas à mitigação de riscos, como a transparência; a equidade; *accountability*; e responsabilidade corporativa.

16.1.2. A comprovada violação de qualquer das obrigações previstas nesta cláusula é causa para a rescisão unilateral deste Contrato, observado o direito à ampla defesa e ao contraditório, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

17.1. A CONTRATADA se compromete a cumprir as exigências da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), Lei nº 13.709/2018, mantendo a devida confidencialidade no trato e na guarda dos dados pessoais eventualmente fornecidos durante a execução contratual,

17.2. A CONTRATADA, por si e por seus dirigentes, prepostos e empregados, se compromete a manter sigilo e confidencialidade absoluto sobre as atividades decorrentes da execução dos serviços e sobre as informações a que venha a ter acesso por força da execução deste Contrato, mesmo após o seu término, no que se refere a não divulgação integral ou parcial, por qualquer forma, das informações ou dos documentos a eles relativos e decorrentes da execução dos serviços, sob pena de responsabilidade penal, civil e administrativa;

17.2.1. Os dados obtidos pela CONTRATADA somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD, vedado seu compartilhamento com terceiros, ressalvados contratos específicos para tratamento de dados firmados de acordo com os ditames dessa Lei.

17.3. Sem prejuízo do que estabelece o Termo de Referência e a Lei que trata a presente Cláusula, a CONTRATADA deverá ainda:

17.3.1. Abranger, as informações e dados protegidos por lei, como sigilo fiscal, bancário, de operações e serviços; e

17.3.2. Providenciar junto aos seus empregados o Termo de Confidencialidade e Sigilo, constante do anexo do Termo de Referência; no prazo de 10 (dez) dias após a celebração do presente instrumento;

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1. A CONTRATANTE e a CONTRATADA se vinculam ao presente instrumento contratual, ao Pregão Eletrônico nº [NÚMERO], bem como aos demais elementos anexos a este Contrato;

18.2. Os casos omissos neste Contrato serão resolvidos pela legislação aplicável à espécie, em especial pelo Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CONTRATANTE;

18.3 Se qualquer das partes revelar alguma eventual falta relacionada com a execução deste Contrato, tal fato não significa liberação ou desoneração a qualquer delas para o cometimento de outras;

18.4 À CONTRATADA é vedado prestar informações a terceiros sobre natureza ou andamento dos serviços objeto do presente contrato ou divulgá-los por meio da imprensa escrita, falada, televisiva e/ou outro meio qualquer de divulgação pública, conforme previsto no Termo de Referência;

18.5 Os documentos discriminados neste Contrato e os que vierem a ser emitidos pelas partes, em razão deste Instrumento, o integrarão para todos os fins de direito, independente de transcrição, e lhe serão anexos;

18.6 As partes considerarão completamente cumprido este Contrato no momento em que todas as obrigações aqui estipuladas estiverem efetivamente satisfeitas, nos termos de direito e aceitas pela CONTRATANTE;

18.7 A CONTRATADA tendo tomado conhecimento integral do objeto deste Contrato, declara que se inteirou acerca dos aspectos técnicos e administrativos e das condições que influirão na execução dos mesmos;

18.8 O presente contrato não implica nenhum vínculo de ordem trabalhista entre a CONTRATANTE e os empregados da CONTRATADA; e

18.9 Em qualquer demanda judicial e trabalhista, oriunda direta, ou indiretamente do presente Contrato, a CONTRATADA assumirá o polo passivo do feito, declarando desde já não ter a CONTRATANTE quaisquer responsabilidade na(s) lide(s), bem como estar esta última automaticamente excluída do(s) litígio(s), sendo da inteira responsabilidade da CONTRATADA a discussão do(s) mesmo(s).

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO

19.1. Fica eleito o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Rio de Janeiro, como o competente para dirimir quaisquer questões advindas da aplicação deste instrumento, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Termo de Contrato nº [NÚMERO]-AE/2022/0001– Processo Administrativo nº SEDE-ADM/2022/[NÚMERO]

19.2. E, assim, por estarem as partes justas e acordadas, lavram e assinam este Contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produza seus jurídicos efeitos.

Rio de Janeiro, *data vide assinatura eletrônica.*

JOSÉ POMPEU DOS MAGALHÃES BRASIL FILHO
CPF nº [NÚMERO]
Presidente da NAV BRASIL

CARLOS ROBERTO SANTOS
CPF nº [NÚMERO]
Diretor de Administração da NAV BRASIL

[NOME DO REPRESENTANTE LEGAL DA CONTRATADA]
CPF nº [NÚMERO DO CPF]
Representante da [NOME FANTASIA DA CONTRATADA]

CHRISTIANA KUNIGAMI DE ALMEIDA E SILVA
CPF nº [NÚMERO]
Testemunha pela NAV BRASIL

[NOME DA TESTEMUNHA PELA CONTRATADA]
CPF nº [NÚMERO DO CPF]
Testemunha pela [NOME FANTASIA DA CONTRATADA]



TERMO DE REFERÊNCIA Nº 004-B/DAFC/2022

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA SEGURADORA PARA EMISSÃO DE APÓLICE DE SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL DE EXECUTIVOS – D&O (*DIRECTORS & OFFICERS*) PARA OS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, CONSELHO FISCAL E DA DIRETORIA EXECUTIVA DA NAV BRASIL.

1. DO OBJETO

1.1 Contratação de empresa seguradora, para emissão de apólice de seguro de Responsabilidade Civil para Executivos – D&O (*Directors & Officers*) para os membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva da NAV Brasil Serviços de Navegação Aérea S.A., conforme as especificações constantes deste Termo de Referência; e

1.2 A apólice será à base de reclamação (*claims made basis*) com notificações, em observância ao que prevê art. 2º, inciso III, da Circular SUSEP nº 637/2021.

2. DA JUSTIFICATIVA

2.1 A NAV Brasil é uma empresa pública federal, vinculada ao Ministério da Defesa, por meio do Comando da Aeronáutica (COMAER), criada pelo Decreto nº 10.589/2020, com base na autorização legislativa constante da Lei nº 13.903/2019, em decorrência da cisão parcial da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO;

2.2 A referida estatal foi constituída por ocasião de Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 30 jun. 2021, tendo sido sua sede instalada na cidade do Rio de Janeiro/RJ e a emissão do correspondente comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) realizado pela Junta Comercial do Rio de Janeiro (JUCERJA) em 15 jul. 2021, para registro da personalidade jurídica da empresa;

2.3 Em atendimento ao interesse coletivo, a NAV Brasil tem por objeto implementar, administrar, operar e explorar industrial e comercialmente a infraestrutura aeronáutica destinada à prestação de serviços de navegação aérea que lhe for atribuída pelo COMAER;

2.4 No desempenho de suas atribuições, tendo em vista a estrutura integrada do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (SISCEAB), a NAV Brasil deve atuar de forma complementar à manutenção da soberania sobre o espaço aéreo brasileiro, de responsabilidade do COMAER, sendo a atividade da empresa, portanto, de interesse para a segurança nacional;

2.5 Os serviços de controle de tráfego aéreo e navegação aérea são considerados serviços públicos essenciais, nos termos do art. 10, inciso X, da Lei nº 7.783/1989;

2.6 Os membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal da NAV Brasil, ao praticarem atos de gestão em nome da empresa, podem ser responsabilizados caso ocorram danos a terceiros decorrentes dos atos praticados pelos referidos agentes;

2.7 O Seguro D&O (*Directors & Officers*) pretendido é uma modalidade de seguro que visa a proteger as pessoas físicas que assumem responsabilidades como administradores ou conselheiros fiscais desta empresa, sendo sua contratação facultada pelo art. 17, § 1º, da Lei nº 13.303/2016 c/c art. 43 do Decreto nº 8.945/2016, ambos regulamentados pelo art. 45 do Estatuto Social da NAV Brasil; e

2.8 Face ao exposto, a contratação do Seguro D&O se faz necessária como medida mitigadora para os riscos a que estão sujeitos os membros elegíveis, na forma do Estatuto Social e na Política de Alçadas da NAV Brasil, para cobertura de despesas processuais e honorários advocatícios de processos judiciais e administrativos instaurados contra os mesmos, quando no exercício das suas atribuições junto à empresa.

3. DAS CONDIÇÕES BÁSICAS

3.1 TOMADOR: NAV Brasil Serviços de Navegação Aérea S.A. 3.2 SEGURADOS:

3.2 Membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, de acordo com o art. 17, § 1º, da Lei nº 13.303/2016 c/c art. 43 do Decreto nº 8.945/2016, ambos regulamentados pelo art. 45 do Estatuto Social da NAV Brasil;

3.3 MODALIDADE: Seguro de Responsabilidade Civil de Diretores e Administradores – D&O (*Directors & Officers*);

3.4 ÂMBITO GEOGRÁFICO DE COBERTURA: Mundial;

3.5 PERÍODO: 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura do Contrato;

3.6 FRANQUIAS APLICÁVEIS:

3.6.1 Não haverá incidência de franquia, com exceção de cobertura para multas e penalidades, conforme item 4.2.7 deste Termo de Referência;

3.6.2 Limite Máximo de Garantia (LMG): R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais); e

3.6.3 Limite Máximo de Indenização (LMI): R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).

3.7 A contratação do seguro será feita diretamente com a seguradora vencedora da licitação, sem participação de corretor ou de empresa corretora de seguros, que também não poderão figurar como procuradores ou representantes das seguradoras, tampouco a proposta deverá conter item de despesa de corretagem, conforme Acórdão TCU nº 600/2015 – Plenário, de 23 mar. 2015 e art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal.

4. DA COBERTURA DESEJADA

4.1 A Contratada deverá oferecer as seguintes coberturas obrigatórias, cujo Limite Máximo de Indenização (LMI) será de 100% do Limite Máximo de Garantia (LMG) para cobertura de indenização aos membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretores da NAV Brasil, doravante denominados SEGURADOS, incluindo retroatividade para fatos desconhecidos relativos a gestões anteriores:

4.1.1 Acordos judiciais e extrajudiciais, homologados pela seguradora, assim como, decisões proferidas por tribunais arbitrais, condenações judiciais transitadas em julgado, incluindo honorários advocatícios e despesas processuais, durante o andamento dos processos, baseados em Responsabilidade Civil por atos de gestão praticados pelos SEGURADOS, no exercício de suas funções e durante a vigência do seguro, desde que não importem em violação da legislação aplicável e do Estatuto.

4.2 A Contratada também deverá oferecer as seguintes coberturas adicionais e extensões, cujo Limite Máximo de Indenização (LMI) será de 100% do Limite Máximo de Garantia (LMG):

- 4.2.1 Cobertura para cônjuge ou companheiro em união estável e herdeiros;
- 4.2.2 Cobertura para o espólio, herdeiros ou representantes legais dos SEGURADOS em caso de falecimento, insolvência ou decretação de incapacidade dos mesmos;
- 4.2.3 Cobertura para reclamações tributárias;
- 4.2.4 Cobertura para reclamações feitas por órgãos do governo brasileiro;
- 4.2.5 Cobertura para adiantamento dos custos de defesa;
- 4.2.6 Cobertura para despesas de representação legal e investigação formal.
- 4.2.7 Cobertura para multas e penalidades, com franquia máxima de R\$ 10.000,00 (dez mil reais);
- 4.2.8 Cobertura para realização de termos de compromisso e acordos, mediante prévia concordância e análise da seguradora;
- 4.2.9 Cobertura para reclamações trabalhistas;
- 4.2.10 Cobertura para reclamações relacionadas a ações penais, inquéritos, custos de fiança e caução judicial/custos de processo de bens e liberdade;
- 4.2.11 Cobertura para reclamações relacionadas a quaisquer espécies de danos corporais, morais, materiais e ambientais causados a terceiros;

Termo de Referência nº 004-B/DAFC/2022 – Processo Administrativo nº SEDE-ADM/2022/00687

4.2.12 Cobertura para reclamações por ato de gestão em qualquer país;

4.2.13 Cobertura para investigações extrajudiciais;

4.2.14 Cobertura para reclamações em que haja a desconsideração de personalidade jurídica da empresa;

4.2.15 Cobertura para gerenciamento de crises/despesas de publicidade, incluindo os custos para a contratação de empresa especializada em serviços de comunicação e assessoria de imagem, quando houver possibilidade de prejuízo à imagem, à honra ou reputação dos SEGURADOS, causada pela veiculação de notícia, reportagem ou vazamento de informações sigilosas, desde que os fatos ou acontecimentos estejam relacionados aos atos de gestão efetuados pelos segurados, em decorrência de suas funções na empresa;

4.2.16 Cobertura para indisponibilidade de bens pessoais do segurado, no todo ou em parte e *penhora on line*;

4.2.17 Cobertura para despesas emergenciais;

4.2.18 Cobertura para os custos do processo, em caso de extradição de SEGURADOS que não sejam brasileiros natos;

4.2.19 Cobertura para reclamações da empresa contra os SEGURADOS;

4.2.20 Cobertura para reclamações apresentadas pela primeira vez e sem vínculo com reclamações anteriores, baseadas em fatos anteriores ao início de vigência da apólice (retroatividade ilimitada) para atos e fatos desconhecidos;

4.2.21 Cobertura para notificações de terceiros, propostas em face dos SEGURADOS, visando responsabilizá-lo em decorrência de atos e omissões inerentes a sua condição de administrador do Tomador; e

4.2.22 Cobertura para reembolsos de despesas realizadas pelos SEGURADOS, desde que autorizadas pela seguradora, no pagamento de valores decorrentes da sua responsabilização por danos causados a terceiros e cobertos pelo seguro contratado pelo TOMADOR.

4.3 Ficam excluídos do objeto deste Termo de Referência:

4.3.1 Atos dolosos de qualquer gênero ou espécie, ou praticados com culpa grave pelos próprios SEGURADOS, ou por terceiros em seu benefício, mediante confissão atestando sua conduta dolosa ou gravemente culposa, ou decisão judicial transitada em julgado, ou decisão arbitral final declarando a prática do ato doloso ou gravemente culposos.

Termo de Referência nº 004-B/DAFC/2022 – Processo Administrativo nº SEDE-ADM/2022/00687

4.3.2 Atos lesivos contra a Administração Pública, nos termos da Lei nº 12.846/2013;

4.3.2.1 fica resguardado à seguradora o direito de ressarcimento por qualquer indenização paga indevidamente, inclusive por qualquer custo de defesa por ela adiantado aos SEGURADOS, caso fique comprovada a existência de ato doloso ou gravemente culposos; e

4.3.2.2 ressarcimento à seguradora deverá ocorrer via ação de regresso contra os SEGURADOS, conforme previsto nos arts. 757 e 934 do Código Civil.

5. DA ABRANGÊNCIA DA COBERTURA

5.1 Membros do Conselho de Administração;

5.2 Membros da Diretoria Executiva; e

5.3 Membros do Conselho Fiscal (titulares e suplentes).

6. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1. Trata-se de serviços comuns, nos termos do parágrafo único, do art 1º, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

6.2. A prestação dos serviços não gerará vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a NAV Brasil, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize personalidade e subordinação direta.

7. DO PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO

7.1 O prazo de vigência do Contrato será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos, até o limite máximo de 60 (sessenta) meses, nos termos do art. 71 da Lei nº 13.303/2016; e

7.2 O prazo de execução do Contrato, correspondente à vigência da apólice de seguro, será de 12 (doze) meses, coincidente com o prazo de vigência do Contrato, podendo ser renovado nas mesmas condições estabelecidas no subitem 6.1, mediante aditamento contratual.

8. DA ESTIMATIVA DE VALOR E ORÇAMENTO

8.1 O valor orçado não será divulgado, conforme previsto no art. 34 da Lei nº 13.303/2016, sendo utilizado orçamento sigiloso para incentivar a competitividade entre os participantes, com vistas à obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, e por consequência, visando ao princípio do interesse público; e

8.2 O valor de orçamento apurado para esta contratação está previsto e tem amparo orçamentário no Programa de Dispendios Globais (PDG) 2022 na rubrica 311.05.0223 – Serviços de Terceiros – Auditoria, e constará igualmente na mesma rubrica orçamentária para os PDG dos anos posteriores, na hipótese de renovação contratual.

9. DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E ACEITAÇÃO DE PROPOSTAS

9.1 Serão exigidos dos licitantes, como condição de habilitação e aceitação das suas propostas, os seguintes documentos:

9.1.1 Declaração do licitante afirmando que apresentará, no prazo estabelecido no Edital da licitação, a comprovação de que o risco se encontra integralizado em sua totalidade, por meio de “*slip*” de resseguro evidenciando a participação de cada resseguradora componente do painel de resseguros confirmando a aceitação do risco, percentual de cobertura em questão e compromisso exclusivo junto ao respectivo licitante;

9.1.2 Declaração do licitante comprometendo-se a disponibilizar, no prazo estabelecido no Edital da licitação, a relação dos nomes dos integrantes da equipe técnica que atuará na prestação dos serviços contratados, acompanhada dos respectivos currículos profissionais, de modo a demonstrar que os membros da referida equipe técnica possuem experiência na execução de contratos de seguro D&O;

9.1.3 Declaração ou documento equivalente, expedida pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), dentro do prazo de validade, comprovando a regularidade da inscrição ou registro do licitante no referido órgão;

9.1.4 Comprovação de que o licitante possui ao menos uma apólice de seguro D&O vigente, emitida para entidade pública ou privada considerada empresa de grande porte, nos termos do parágrafo único do art. 3º da Lei nº 11.638/2007

9.1.5 Comprovação de que o licitante possui ao menos uma apólice de seguro D&O vigente, emitida para entidade pública ou privada considerada empresa de grande porte, nos termos do parágrafo único do art. 3º da Lei nº 11.638/2007;

9.1.6 A comprovação de que trata o item 7.1.4 poderá ser realizada mediante a apresentação de atestado de capacidade técnica ou mediante cópia da especificação do seguro da apólice, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a empresa licitante desempenhou serviços compatíveis com o objeto deste Termo de Referência; ou cópia da apólice que comprove a prestação de serviços de seguro na modalidade D&O;

Termo de Referência nº 004-B/DAFC/2022 – Processo Administrativo nº SEDE-ADM/2022/00687

9.1.7 Caso o licitante opte por demonstrar sua qualificação mediante a apresentação de atestado de capacidade técnica, este deverá ser impresso em papel timbrado pelo emitente, sem emendas, rasuras ou entrelinhas e deverá conter, ao menos, as seguintes informações:

- a) CNPJ e razão social da instituição emitente do atestado, e
- b) nome, endereço, cargo, e-mail e telefone do signatário da instituição emitente do atestado.

9.1.8 A comprovação de que trata o item 7.1.4 também poderá se dar mediante apresentação de cópia de contrato e/ou outro documento hábil que evidencie a efetiva prestação de serviço compatível com o objeto deste Termo de Referência;

9.1.9 Certidão ou documento equivalente, expedida pela SUSEP, dentro do prazo de validade, comprovando que a seguradora não se encontra em liquidação extrajudicial ou fiscalização extraordinária, nos termos do Decreto-Lei nº 73/1966;

9.1.10 Cópia assinada do “Termo de Confidencialidade e Sigilo” do licitante, no caso da solicitação de informações complementares, por meio do preenchimento de questionário ou documento equivalente;

9.1.11 A solicitação de preenchimento do questionário ou documento equivalente deverá ser dirigida à Gerência de Finanças e Contabilidade da NAV Brasil, no prazo máximo de até 03 (três) dias úteis anteriores à data prevista para abertura da licitação;

- a) a solicitação poderá ser realizada eletronicamente, para o e-mail efetivo.dafc.ac@navbrasil.gov.br, ou de forma presencial, na Administração Central da empresa, localizada na Avenida General Justo, nº 160 – Centro, Rio de Janeiro/RJ - CEP 20.021-130, telefones (21) 2174-7221 ou 2174-7285, nos dias e horários estabelecidos no Edital da licitação;

9.1.12 A entrega do questionário ou documento equivalente preenchido pela NAV Brasil com informações eventualmente solicitadas pelo licitante também ocorrerá por intermédio de e-mail ou de forma presencial, conforme previsto no subitem 7.1.10, em até 02 (dois) dias úteis após o recebimento da solicitação, mediante devolução do correspondente “Termo de Confidencialidade e Sigilo” devidamente assinado;

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1 Além daquelas previstas na legislação pertinente, na apólice, bem como nos normativos específicos sobre o assunto, são obrigações especiais da CONTRATADA:

- 10.1.1 Apresentar, sempre que exigidas pela NAV Brasil, as provas de que estão sendo cumpridas as disposições legais e as normas emitidas pela SUSEP, mediante declaração expedida pelos referidos órgãos, dentro da data de validade;

Termo de Referência nº 004-B/DAFC/2022 – Processo Administrativo nº SEDE-ADM/2022/00687

- 10.1.2 Manter, durante a vigência do Contrato, todas as condições e qualificações exigidas na licitação, comprovando-as sempre que solicitado pela NAV Brasil;
- 10.1.3 Pagar todos os tributos (encargos trabalhistas, fiscais, comerciais, etc.) e contribuições que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o Contrato ou seu objeto;
- 10.1.4 Manter sigilo relativamente ao objeto contratado, bem como sobre os dados, documentos, especificações técnicas ou comerciais e demais informações, não tornadas públicas pela NAV Brasil, de que venha a ter conhecimento em virtude da contratação decorrente deste Termo de Referência, bem como a respeito da execução e resultados obtidos na prestação dos serviços, inclusive após o término do prazo de vigência do respectivo Contrato, salvo quando expressamente autorizado pela NAV Brasil;
- 10.1.5 Cumprir todas as disposições previstas no presente Termo de Referência, no Contrato, na apólice emitida, bem como todas as obrigações previstas na legislação e na normatização específica sobre o assunto;
- 10.1.6 Emitir a apólice em consonância com as disposições do Termo de Referência e com a normatização vigente, notadamente a Circular SUSEP nº 637/2021;
- 10.1.7 Analisar e responder, em até 15 (quinze) dias, contados do recebimento, os avisos de sinistros ou reclamações encaminhadas pelos SEGURADOS, por intermédio do TOMADOR, com indicação objetiva sobre adequação das informações encaminhadas ou eventual necessidade de complementação das informações para cobertura;
- 10.1.8 Apresentar, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data da assinatura do Contrato, uma via original da apólice relativa ao seguro contratado, acompanhada do texto integral das condições gerais, especiais e particulares, bem como de todas as demais cláusulas e condições aplicáveis ao seguro objeto da apólice;
- 10.1.9 Manter, durante toda a execução do Contrato, os requisitos e condições de habilitação fixados no processo de licitação que deu origem à contratação;
- 10.1.10 Designar preposto como responsável pelo Contrato, para participar de eventuais reuniões convocadas pela NAV Brasil, como interlocutor da seguradora contratada, para tratar de assuntos relacionados à execução contratual;
- 10.1.11 Tomar todas as providências necessárias relativas às ocorrências cobertas por meio de comunicado pelos SEGURADOS, por intermédio do TOMADOR, no sentido de liberar, regular e liquidar a situação informada, sob pena de ser responsabilizada pelo agravamento do estado e dimensão do evento, bem como por todas as despesas e encargos advindos diretamente de tal delonga, inclusive lucros cessantes;

Termo de Referência nº 004-B/DAFC/2022 – Processo Administrativo nº SEDE-ADM/2022/00687

- 10.1.12 Em caso de sinistro, depois de atendida a exigência documental para habilitação ao recebimento da indenização, a seguradora contratada, em concordância com a autoridade securitária competente terá um prazo de 30 (trinta) dias corridos para efetuar o pagamento da respectiva indenização;
- 10.1.13 Transcorrido o período do item 8.1.12, a CONTRATADA estará sujeita ao pagamento da indenização corrigida monetariamente conforme a variação do índice ou título oficial determinado pelo Governo Federal, verificada no período compreendido entre a data da ocorrência do sinistro e aquela prevista para o pagamento integral da indenização;
- 10.1.14 Manter sigilo sobre quaisquer dados, informações ou documentos, da NAV Brasil e dos SEGURADOS, de que venha a ter conhecimento ou que lhe venham a ser confiados, não podendo sob qualquer pretexto, divulgá-los, revelá-los ou reproduzi-los, sob as penas da lei;
- 10.1.15 Prestar pontualmente os esclarecimentos que lhe forem solicitados;
- 10.1.16 Fiscalizar o perfeito cumprimento do objeto deste Termo de Referência, cabendo-lhe integralmente, o ônus decorrente das falhas causadas por seus colaboradores, independente da fiscalização exercida pela NAV Brasil; e
- 10.1.17 Cumprir e fazer cumprir todas as condições estabelecidas neste Termo de Referência, no Edital de licitação e no correspondente Termo de Contrato.

11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1 Além daquelas previstas na legislação, na apólice, bem como nos normativos específicos, são obrigações especiais da NAV Brasil:

- 11.1.1 Promover imediato aviso do sinistro à CONTRATADA, por e-mail e por telefone, entregando-lhe relatório completo dos fatos, mencionando as circunstâncias do sinistro, providências que tenham sido tomadas e tudo mais que possa contribuir para esclarecimento a respeito da ocorrência;
- 11.1.2 Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas no Contrato decorrente deste Termo de Referência; e
- 11.1.3 Exercer a fiscalização do Contrato decorrente deste Termo de Referência.

12. DO COSSEGURO

12.1 Poderá haver participação de seguradoras em regime de cosseguro, desde que sejam observados, por todas as seguradoras, os termos da Lei Complementar nº 126/2007 e a Circular SUSEP nº 637/2021, conforme o disposto abaixo:

Termo de Referência nº 004-B/DAFC/2022 – Processo Administrativo nº SEDE-ADM/2022/00687

12.1.1 As seguradoras somente poderão participar da licitação em uma única proposta comercial, seja de forma individual, seja sob o regime de cosseguro;

12.1.2 Não poderá haver participação de *holding* ou de consórcio que agrupe várias seguradoras.

12.1.3 Não será admitida a subcontratação do serviço, tendo em vista a natureza do objeto a ser licitado;

12.1.4 O cosseguro deverá ter no mínimo duas seguradoras, sendo uma na condição de líder e outra na qualidade de cosseguradora, visando a integralidade do risco; e

12.1.5 Juntamente com a documentação de habilitação, deve ser apresentado, se for o caso, o Termo de Constituição de Cosseguro, assinado pela seguradora líder e pelas demais cosseguradoras, informando os respectivos percentuais de participação e cláusula confirmando as exigências previstas no Edital da licitação.

13. DA FISCALIZAÇÃO

13.1 O acompanhamento e a fiscalização da execução do Contrato decorrente deste Termo de Referência consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, e serão exercidos por um ou mais representantes da NAV Brasil designados por ato específico para essa finalidade;

13.2 O Contrato será fiscalizado da seguinte forma:

13.2.1 Deverá ser firmado um plano de fiscalização do Contrato entre a NAV Brasil e a CONTRATADA, no qual serão definidos os atores que participarão da gestão e fiscalização do Contrato e os mecanismos de comunicação a serem estabelecidos entre a NAV Brasil e a prestadora dos serviços contratados; e

13.2.2 O acompanhamento e a fiscalização dos serviços contratados serão exercidos pela Comissão de Gestão e Fiscalização do Contrato, denominada FISCALIZAÇÃO, a qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da prestação dos mesmos e de tudo dará ciência à empresa, podendo sustar, recusar, mandar refazer ou fazer quaisquer serviços que estejam em desacordo com o Contrato.

13.3 Além das atribuições definidas em atos específicos, cabe à FISCALIZAÇÃO:

13.3.1 Verificar, junto à CONTRATADA e seu preposto, se estão sendo tomadas todas as providências necessárias para o bom andamento dos serviços;

13.3.2 Fazer as anotações necessárias de todos os atos da empresa CONTRATADA relativos à execução do Contrato, em especial na aplicação de sanções, alterações, prorrogações e, eventualmente, rescisão do Contrato; e

13.3.3 Verificar a correta execução das atividades inerentes ao objeto da contratação.

13.4 A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pela FISCALIZAÇÃO, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

14 DO PAGAMENTO DO PRÊMIO

14.1 Em até 48 (quarenta e oito) horas após o recebimento da notificação da NAV Brasil, a seguradora deverá encaminhar certificado de seguro ou documento equivalente assinado por seu representante legal;

14.2 Em até 30 (trinta) dias úteis após a assinatura do CONTRATO, a seguradora deverá emitir e entregar a apólice à NAV Brasil, acompanhada do texto integral das condições gerais, especiais e particulares, bem como de todas as demais cláusulas e condições aplicáveis ao seguro objeto da apólice;

14.3 O pagamento do prêmio será realizado à vista, em uma única parcela, após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo pela FISCALIZAÇÃO;

14.4 Após a entrega da apólice, a NAV Brasil, em até 10 (dez) dias úteis:

14.4.1 Emitirá o Termo de Recebimento Definitivo, em caso de regularidade da apólice; ou

14.4.2 Fixará o prazo de até 15 (quinze) dias úteis para que a seguradora promova as correções necessárias, em caso de inconformidades na apólice.

14.5 Após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo, a seguradora poderá emitir os documentos de cobrança, devendo entregá-los à NAV Brasil com antecedência mínima de 15 (quinze) dias úteis em relação ao vencimento da obrigação;

Termo de Referência nº 004-B/DAFC/2022 – Processo Administrativo nº SEDE-ADM/2022/00687

14.6 Caso ocorra algum sinistro após o início dos prazos de vigência e execução estipulados no item 6 deste Termo de Referência ou, ainda, após a emissão da apólice, mesmo que o seu pagamento ainda não tenha sido efetuado, o direito à cobertura securitária previsto na apólice não ficará prejudicado;

14.7 A apólice deve estar de acordo com todas as condições estipuladas neste Termo de Referência;

14.8 Havendo erro na apresentação da nota fiscal/fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras, hipótese na qual o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a NAV Brasil;

14.9 Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendentes de liquidação qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidades ou inadimplemento;

14.10 Os documentos de cobrança serão emitidos em uma via e apresentados, para fins de pagamento, no endereço abaixo identificado:

NAV Brasil Serviços de Navegação Aérea S.A.

Gerência de Finanças e Contabilidade

Av. General Justo, nº 160 - 4º andar, Centro - Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.021-130

CNPJ: 42.736.102/0001-10 - Inscrição Municipal: 1324283-6

Ref.: Contrato nº [NÚMERO]-SS/2022/0001

Nota: Em caso de emissão de nota fiscal de serviços eletrônica – NFS-e, esta deverá ser enviada para o e-mail efetivo.dafc.ac@navbrasil.gov.br

15. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

15.1 A variação do valor contratual visando ao reajuste de preços previsto no próprio Contrato e as atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido, não caracterizam alteração do contrato; e

15.2 O Contrato decorrente deste Termo de Referência poderá ser reajustado, na forma prevista na legislação, após decorrido o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data de apresentação da proposta, sendo adotado como parâmetro básico o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1 Poderão ser aplicadas, à Contratada, as sanções administrativas previstas no Edital e/ou no Contrato decorrente deste Termo de Referência, nos termos do art. 83 da Lei nº 13.303/2016.

17. DA GARANTIA DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

17.1 Em razão da natureza do objeto a ser contratado, não será exigida apresentação da garantia contratual de que trata o art. 70, § 2º, da Lei nº 13.303/2016.

18. DA LEI GERAL DA PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD)

18.1 A Contratada a partir da apresentação da proposta, passa a ser obrigada a cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenha acesso em razão do certame.

18.1.1 A Contratada se compromete a providenciar junto aos seus empregados, Termo de Confidencialidade e Sigilo, conforme ANEXO I, parte integrante deste instrumento;

18.2 Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever da CONTRATADA eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

18.3 Bancos de dados formados a partir da celebração do contrato, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos; os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela CONTRATANTE nas hipóteses previstas na LGPD.

19. DA RETROATIVIDADE PARA FATOS DESCONHECIDOS

19.1 A retroatividade para fatos geradores desconhecidos pela NAV Brasil, será observada nos termos do art. 24, inciso I, da Circular SUSEP nº 637/2021, pois a retroatividade será aplicada às reclamações futuras de terceiros prejudicados, relacionadas aos fatos ou circunstâncias ocorridos entre a data limite de retroatividade e o término de vigência da apólice, desde que tenham sido notificados pela CONTRATANTE durante a vigência da apólice do seguro contratado.

20 DO PRAZO COMPLEMENTAR

20.1 Deverá constar, da apólice de seguro emitida pela CONTRATADA, a concessão de prazo adicional não inferior a 24 (vinte e quatro) meses, sem cobrança de prêmio adicional, tendo início na data de término de vigência da apólice ou da data de seu cancelamento, para a apresentação de reclamações contra os SEGURADOS, por parte de terceiros, relativas a fatos ocorridos durante o período de vigência da apólice ou durante o período de retroatividade da cobertura, nos termos do art. 2º, inciso III, alínea “c”, da Circular SUSEP nº 637/2021.

21 DO PRAZO SUPLEMENTAR

21.1 Deverá constar, da apólice de seguro emitida pela Contratada, a possibilidade da contratação de prazo suplementar pelo TOMADOR, imediatamente subsequente ao término da vigência do prazo complementar a que se refere o subitem 18.1, para a cobertura de reclamações contra os SEGURADOS, por parte de terceiros, relativas a fatos ocorridos durante o período de vigência da apólice ou durante o período de retroatividade da cobertura, nos termos do art. 2º, inciso III, alínea “c”, da Circular SUSEP nº 637/2021.

22 DO CANCELAMENTO DA APÓLICE

22.1 A apólice de seguro somente poderá ser cancelada ou rescindida, total ou parcialmente, excetuados os casos previstos em lei, por acordo entre as partes.

22.2 A Contratada reterá, do prêmio recebido, a parte proporcional ao tempo decorrido, calculado na base *pro rata tempore*, desde o início de vigência do Contrato, independentemente da parte que deu iniciativa ao cancelamento ou rescisão da apólice de seguro.

23 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

23.1 O presente Termo de Referência foi elaborado a partir dos estudos realizados pela Equipe de Planejamento designada por meio do Ato Administrativo nº SEDE-AAA-2022/00366;



Termo de Referência nº 004-B/DAFC/2022 – Processo Administrativo nº SEDE-ADM/2022/00687

23.2 Integram o presente Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- a) Anexo I: Modelo de Termo de Confidencialidade;
- b) Anexo II: Matriz de Riscos

Rio de Janeiro, 04 de agosto de 2022

Elaborado por:

JORGE RICARDO CARDOSO SILVA
Matrícula 18.893-87
Coordenador da Equipe de Planejamento

GERSON GONÇALVES PELHO
Matrícula 18.899-75
Membro Técnico da Equipe de Planejamento

CAROLINA GOMES PAYSAN
Matrícula 18.918-97
Membro Técnico da Equipe de Planejamento

ELAINE ALVES BARBOSA
Matrícula 18.956-89
Membro Administrativo da Equipe de Planejamento

Aprovo:

CARLOS ROBERTO SANTOS
Matrícula 18.891-91
Diretor de Administração

ANEXO I - TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E SIGILO (MODELO)

Pelo presente instrumento, a Empresa xxxxxx (denominação) e xxxxxxxx (qualificação), inscrito(a) xxxxxxxx no CNPJ sob o nº XXXXX, com sede à XXXXXXXX, doravante denominada LICITANTE/CONTRATADA, representada por (nome e qualificação) inscrito(a) no CPF sob o nº XXXX, tem como confidencialidade manter confidenciais as informações que lhe forem fornecidas pela NAV BRASIL SERVIÇOS DE NAVEGAÇÃO AÉREA S.A. - NAV Brasil, situada à Av. General Justo, 160 – Centro – CEP 20021-130 - Rio de Janeiro – RJ, BRASIL, doravante denominada NAV Brasil, neste ato representada por XXXXXXXX, nas formas a seguir convencionadas:

1. DEFINIÇÃO

1.1 Deve ser considerada “Propriedade de Informação” qualquer informação, abrangendo, irrestritamente, “Know how”, dados, requisitos, especificações, técnicas de procedimento, processos, planejamento, plantas, dados de ensaio ou patentes, relativos à engenharia, produção, “marketing”, serviços, ou qualquer projeto, seja este de pesquisa, futuro ou em execução, incluindo-se, ainda, qualquer dado sobre questões pessoais ou financeiras relacionadas a negócio presente ou futuro – seja este expresso nas formas oral, escrita, gráfica, eletrônica ou em cópias cedidas pela empresa. Compreende, também, todas as invenções, técnicas, procedimentos, projetos, descobertas e aperfeiçoamentos, além da propriedade intelectual, devidamente, identificada como confidencial no momento de sua divulgação.

1.2. Toda Propriedade de Informação que for divulgada oralmente, só deve ser tutelada pelo presente termo de confidencialidade se for identificada como tal, no momento de sua divulgação e, posteriormente, ratificada como sigilosa em documento escrito dentro do prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da divulgação.

2. DA UTILIZAÇÃO DA PROPRIEDADE DE INFORMAÇÃO

18.1 A LICITANTE/CONTRATADA se compromete perante a NAV Brasil a acatar os seguintes termos a respeito da Propriedade de Informação.

2.1.1 Toda Propriedade de Informação enviada pela NAV Brasil à LICITANTE/CONTRATADA será utilizada, apenas, para a execução dos trabalhos requeridos a este último.

2.1.2 A LICITANTE/CONTRATADA tomará todas as precauções cabíveis a fim de evitar o conhecimento total ou parcial da Propriedade de Informação por parte de terceiros.

2.1.3 Na eventualidade da LICITANTE/CONTRATADA considerar necessário o conhecimento da Propriedade de Informação por pessoas estranhas ao presente processo de contratação, deverá requisitar, por escrito, a prévia autorização da NAV BRASIL, condição essa que obrigará a respeitar todos os termos do presente termo de confidencialidade, e a não utilizar as informações para qualquer outro propósito, além do estabelecido para a consecução do objeto desta contratação.

3. DA PROPRIEDADE DE INFORMAÇÃO

3.1 Não serão essas informações duplicadas, nem mesmo utilizadas, total ou parcialmente, para qualquer outro objetivo que não seja indispensável à consecução do objeto desta contratação, sem a prévia autorização, por escrito, da NAV Brasil.

3.2 Serão protegidas e mantidas em sigilo pela LICITANTE/CONTRATADA, a qual utilizará do mesmo cuidado e segurança que tem por hábito utilizar na preservação e manipulação de documentos de seu próprio interesse ou de igual importância, em observância ao que dispõe a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD.

3.3 Toda Propriedade de Informação cedida pela NAV Brasil, bem como qualquer cópia ou similar que tenha sido feita, permanecerá como de sua propriedade, devendo ser devolvida à NAV Brasil, ou destruída no prazo de 15 (quinze) dias, sendo que, em havendo tal procedimento deverá ser devidamente informado à NAV Brasil.

3.4 Caso tome conhecimento do vazamento de informações, a LICITANTE/CONTRATADA comunicará o fato, imediatamente, à NAV Brasil, a qual tomará as providências cabíveis.

3.5 A LICITANTE/CONTRATADA declara conhecimento sobre as medidas de segurança, técnica e administrativa aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

4. DOS LIMITES À PROTEÇÃO DA PROPRIEDADE DE INFORMAÇÃO

4.1 As regras de procedimento concernentes à utilização e ao manuseio da Propriedade de Informação, supracitadas, excluem as seguintes informações:

- a) As informações cuja divulgação que já chegaram ao domínio público ou que chegarem a ele por outros meios, que não incluam a participação ou envolvimento da LICITANTE/CONTRATADA.
- b) As informações cuja divulgação tenha sido previamente autorizada, por escrito, pela NAV Brasil.
- c) As informações divulgadas mediante pedido do Governo Brasileiro, comprometendo-se, neste caso, a LICITANTE/CONTRATADA de comunicar à NAV Brasil no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data da feitura ou recebimento do pedido.

5. DAS ALTERAÇÕES

5.1 Nenhuma emenda ou modificação será acrescentada a não ser que seja autorizada, por escrito, pela NAV Brasil.

6. DO PRAZO

6.1 O prazo deste instrumento corresponderá ao período de duração estabelecido para a consecução do objeto desta contratação, assinado entre as partes.

7. DA RESCISÃO

7.1 A extinção do presente Termo de Confidencialidade não liberará a LICITANTE/CONTRATADA das obrigações ora impostas, relativas ao uso e proteção da Propriedade de Informação.

8. DOS FUNDAMENTOS LEGAIS

8.1 Este instrumento tem embasamento legal, nas normas que regem o sigilo, em especial, a Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial e o Decreto nº 4.553, de 27 de dezembro de 2002, que estabelece normas para a salvaguarda de documentos, materiais, áreas, comunicações e sistemas de informações de natureza sigilosa, e dá outras providências.

8.2 Fica estabelecido que o fornecimento da Propriedade de Informação de que trata o presente documento não será interpretado como concessão de quaisquer direitos, tácitos ou expressos, direitos de patente, direitos autorais, de marca registrada ou plano de negócios, sobre invenções, projetos, descobertas ou quaisquer questões de que trate a Propriedade de Informação então cedida, e

8.3 A LICITANTE/CONTRATADA a partir da apresentação da proposta, passa a ser obrigada a cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenha acesso.

9. DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

9.1 Fica estabelecido que o fornecimento da Propriedade de Informação não ensejará quaisquer direitos de patentes, autorais, de marca registrada ou plano de negócios, invenções, projetos, descobertas ou quaisquer outras questões de que trate a Propriedade de Informação, ora cedida.

9.2 A execução, existência e desempenho do presente termo de confidencialidade deve ser mantido em sigilo pela LICITANTE/CONTRATADA e não deverá ser divulgado sem a prévia autorização da NAV Brasil.

9.3 O presente termo representará o completo entendimento e confidencialidade das partes, substituindo qualquer negócio, confidencialidade, empreendimento, comunicação oral ou escrita, previamente, estabelecida sobre o objeto deste Termo.



Termo de Referência nº 004-B/DAFC/2022 – Processo Administrativo nº SEDE-ADM/2022/00687

10. DO FORO

10.1 Fica eleito o foro da cidade do Rio de Janeiro, para dirimir as questões resultantes deste instrumento.

Rio de Janeiro, de julho de 2022.

Assinatura do representante da contratada

ANEXO II – MATRIZ DE RISCOS

Id	Risco	Prob.	Imp.	Nível	Responsável	Ação preventiva
1	Não iniciar os serviços dentro do prazo estabelecido no Termo de Referência.	Baixa	Alto	Alto	Contratada	Exigir que a Contratada inicie os serviços dentro do prazo, registrando todas as cobranças.
2	Atraso na entrega dos serviços.	Baixa	Alto	Alto	Contratada	Acompanhar a execução dos serviços para apontamento de qualquer item que esteja fora do planejamento, cobrando imediata ação corretiva.
3	Não cumprimento do prazo final	Média	Alto	Alto	Contratada	Prevenção: Acompanhar a execução do contrato, apontando imediatamente qualquer desvio do planejamento, e exigindo medidas de correção.
4	Atraso na regularização das pendências	Baixa	Baixo	Moderado	Contratante	Prevenção: Acompanhamento rigoroso das necessidades de ajuste de providências.
5	Abandono do contrato	Média	Alto	Moderado	Contratada	Acompanhamento rigoroso do andamento dos serviços.
6	Emissão da Nota Fiscal com valor incorreto.	Médio	Médio	Moderado	Contratada	Realizar fiscalização e acompanhar os valores de cobrança do serviço. Solicitar a Contratada que a nota seja emitida apenas após conferência dos valores pelo fiscal do contrato.
7	Vazamento de dados e informações.	Baixo	Alto	Moderado	Contratada	À Contratada, arcar integralmente com os custos de eventuais danos causados por vazamento de dados.